

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS MIGRAÇÕES E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM NATAL
1950 – 1970**

RAQUEL BARROS DOS SANTOS

NATAL/RN

2004

RAQUEL BARROS DOS SANTOS

AS MIGRAÇÕES E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM NATAL

1950 – 1970

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Doutora Denise Matos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Roberto Airon Silva.

**NATAL/RN
2004**

*O mundo deu voltas
Minha vida mudou ...*

*De onde vim vejo a lua
Pra onde vou apenas imagino,
Encontrar o que procuro e não acho
Em minha terra mãe*

*Dela não quero sair,
pois aqui nasci, cresci e virei gente
no seio desta mãe forte e indigente*

*Como um filho que cresce,
tenho que andar com minhas pernas
Para buscar o pão
que ela não mais me oferece*

*Então, para longe fui
Atrás de meu pão
Encontrei decepção, um pão duro e sem fermento
Uma grande ilusão*

*Mas não desisti
Pois foi lá que construí
Uma nova realidade
Transformei o que era ralo
Numa grande cidade*

*E assim, meu mundo deu voltas
E minha vida mudou.*

Raquel Barros dos Santos

AGRADECIMENTOS

Ao pai que está no céu, o primeiro obrigada pela semente lançada.

Aos da minha dimensão, eu agradeço:

Aos meus pais, pelo investimento, apoio e fé desde sempre.

Ao professor Roberto Airon, pelos caminhos trilhados nesta tarefa, pela confiança e disposição.

A Jagoanhara Seixas Vicente, pelo carinho, atenção e apoio sem falar na ajuda com o material bibliográfico...

À Superintendente do INOCOOP, Dra. Rosário Porpino pela atenção e disponibilidade.

Ao pessoal do DATANORTE, Amarildo e Rogério pela mesma atenção na concessão de documentos.

Também às pessoas do Instituto Histórico e Geográfico, da A República, da SEMURB, do CRECI, e das demais instituições que compuseram a rota de garimpagem para o conhecimento.

A todos os amigos que comigo compartilharam esta jornada e que também contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos demais professores pelas experiências divididas e pelos saberes multiplicados.

À todos que não mencionei, mas que devoto o mesmo carinho: muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 DO BRASIL RURAL AO BRASIL URBANO	11
1.1 A economia, a indústria e a urbanização dos anos de 1950 a 1970.....	14
1.2 O caminho das migrações: do Nordeste para o Sudeste do país.....	21
2 UM SONHO, OUTRA REALIDADE	29
2.1 Situação econômica do Rio Grande do Norte no período de 1950 à 1970.....	32
2.2 As migrações: do interior do estado à capital.....	38
3 A EXPANSÃO URBANA EM NATAL	45
3.1 O processo de transição da capital potiguar: de um espaço rural para um espaço urbano.....	48
3.2 A ampliação dos espaços urbanos: o crescimento dos bairros e o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	72
ANEXO.....	75

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, a urbanização, “firma-se como um fenômeno de aglomeração, para obter determinadas escalas econômicas, sem a visualização do social.”¹ Em verdade, este fenômeno, aqui no Brasil, evoluiu atrelado às mais variadas práticas econômicas, desenvolvendo-se de maneira diferenciada de acordo com o predomínio de cada uma delas. Contudo, é relativa a atenção que a urbanização brasileira tem recebido em termos de variados estudos em conjunto, seja pela abrangência interdisciplinar, seja por uma visão do território tomado como um todo.² É bastante difícil, ao mesmo tempo fundamental, englobar uma infinidade de aspectos dentro de um processo tão longo.

Como a urbanização brasileira se deu, principalmente, em função do desenvolvimento econômico, muitos dados encontram-se em obras de história econômica. Caio Prado Júnior, em 1945, ao tratar dos caminhos da economia brasileira, de 1500 até 1976, na obra “História econômica do Brasil”, aborda diversos aspectos deste processo. Desta maneira, levando em conta a extensão, tanto temporal quanto física do país, Prado Júnior, com uma interpretação histórica, nos permitiu observar o próprio processo de desenvolvimento urbano do país em suas características e estruturas.

Em um nível mais centralizado do nosso objeto, Câmara Cascudo em sua obra “História da Cidade do Natal”, de 1947, já traçava um perfil de Natal, mesmo ainda com caráter não sistemático, apresenta informações importantes sobre os primórdios do processo de urbanização desta cidade, principalmente em relação aos bairros da Cidade Alta, Ribeira, Rocas e Alecrim. Depois, em 1976, Itamar de Souza, em “Migrações para Natal”, apresenta uma pesquisa sobre os dados censitários a partir de 1940, referentes ao processo de crescimento demográfico de Natal, e uma significativa intensificação do saldo migratório, chegando quase a duplicar entre 1960 e 1970. Então, comprovada a elevação nos fluxos migratórios para a capital potiguar, Souza examina as causas deste processo como agente na aceleração do desenvolvimento urbano desta cidade, favorecendo, portanto, uma visão ampla da evolução urbana ocorrida em Natal.

¹ FROTA NETO, Antonio. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. Brasília: Senado Federal, 1978. p.16.

² SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. p.11.

Diante da complexidade da abordagem e, ao mesmo tempo, da pequena historiografia em história a respeito da urbanização, a nossa pesquisa se propõe a tratar do estudo de parte deste processo, ocorrido do Rio Grande do Norte, enfocando a sua capital, de forma a analisar o processo de urbanização em Natal, abordando principalmente, o papel das migrações na ampliação do seu espaço urbano no período de 1950 e 1970.

Em relação ao corte temporal escolhido, de 1950 a 1970, o tomamos devido ao momento em que grande contingente demográfico se deslocou para a capital potiguar, praticamente duplicando a sua população e, provocando uma aceleração no seu ritmo de crescimento urbano. Isto, movido a fatores de evasão no interior e a fatores de atração na capital. Dentre os fatores que mais despontam estão os de ordem econômica.

Portanto, num sentido amplo, o nosso objetivo era fazer uma análise histórica, em relação as migrações ocorridas no Rio Grande do Norte, no período de 1950 a 1970, com o crescimento urbano em Natal. Em nível mais específico, pretendíamos identificar as principais causas do deslocamento populacional para a capital potiguar. Assim como, analisar a influência econômica como fator motivador do fenômeno migratório, além de verificar como as migrações contribuíram para a urbanização, sem deixar de avaliar o quadro de desenvolvimento na cidade do Natal. E daí, tentar responder porque em mais de 400 anos de existência, sobretudo como cidade, Natal, somente apresentou impulso de urbanização já bem passados o decênio de 1940? Como e porque as migrações vindas do interior do Rio Grande do Norte influenciaram neste processo? E qual a relação entre a economia e as migrações, no processo de ocupação diferenciado do solo urbano em Natal?

Nos baseamos na obra de Itamar de Souza, "*Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*", pela proximidade do tema e do período tratado, com o nosso trabalho. Nesta obra, o próprio autor explica a migração como um processo social condicionado por múltiplos fatores que motivam o deslocamento espacial de contingentes populacionais de seus lugares de origem para outros que podem variar de acordo com as suas aspirações no âmbito do território nacional.³ Além disso, esta contém fontes primárias importantes (censos demográficos dos anos em questão, quadros de procedência dos migrantes para a capital, quadros com os motivos da migração, quadro de intensidade das migrações para

³ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. p.10.

Natal segundo o ano de chegada dos migrantes). Como o autor também se valeu de entrevistas, em torno de 1.525 residências distribuídas em nove bairros, tivemos acesso a elementos como: a situação dos migrantes em seu lugar de origem, ocupação, tratamento de saúde, como viviam, bem como a sua situação aqui na capital, como e onde foram morar, tipos de moradias, empregos, acesso a abastecimento de água e energia dentre outros.

Compondo o eixo desta pesquisa, foram fundamentais as Mensagens do Governador Sylvio Piza Pedroza, de 1954 e 1955, que nos forneceu uma visão ampla da situação econômica do Rio Grande do Norte, além de outras fontes como “Perfil da cidade de Natal”, disposto no IDEMA. Do Diário Oficial de 1953, a respeito da compra e venda de lotes em Natal, e do jornal “A República” de 1959 e 1960, quanto a ampliação de rodovias e ao êxodo.

Outras fontes essenciais foram os documentos da COHAB, atualmente DATANORTE, comprovando a construção do Conjunto Cidade da Esperança, em 1966, e do INOCOOP, atestando a construção do Conjunto Neópolis, em 1970. Ambos, foram os primeiros conjuntos habitacionais de Natal. Isto, sem esquecer da importância do catálogo e do CD-ROM “Natal 2003: conheça melhor a nossa cidade”, produzida pela Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo/SEMURB.

Nossa bibliografia contou com obras em história econômica, tanto do Brasil quanto do Rio Grande do Norte, dentre as principais estão: “História econômica do Brasil”, de Caio Prado Junior, “O Brasil pós-milagre”, de Celso Furtado e “Evolução econômica do Rio Grande do Norte: (século XVI ao XXI)”, de Paulo Pereira dos Santos. Praticando a interdisciplinaridade, nos auxiliaram uma bibliografia de cunho geográfico que tratasse das migrações e o quanto isto influenciou no processo de urbanização, dentro do período em estudo. Desta, nos apoiamos nas obras de Milton Santos, “A urbanização brasileira” e de Antonio Frota Neto, “A urbanização no Brasil: e alguns de seus limites”, e do trabalho de Anelino Francisco da Silva, “Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil”. Desta forma, realizamos uma contextualização econômica e social do país para situarmos a condição em que o Rio Grande do Norte se encontrava quando a sua capital entrou num processo efetivo de urbanização. Esta bibliografia também nos forneceu as tabelas e dados para a construção de gráficos, e mesmo de outras tabelas. Para complementar, utilizamos obras gerais tais como: “Economia e urbanização”, de Maria do Livramento

Clementino, assim como, a dissertação: Complexidade de uma urbanização periférica. Trabalhos que expõem muito claramente o caminho da urbanização na capital potiguar.

Como auxiliar das fontes primárias, nos utilizamos de alguns fascículos do jornal Diário de Natal da série: Nova história de Natal, também escritos por Itamar de Souza, e que continham informações sobre a ampliação da cidade de Natal em seu processo de urbanização: crescimento dos bairros, surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais, bem como a instalação dos equipamentos urbanos.

Visando contribuir para uma produção historiográfica, e com isso preencher algumas lacunas acerca da urbanização em Natal, enfocando a influência que as migrações tiveram neste sentido, nos submetemos ao levantamento de fontes bibliográficas e à análise das mesmas, capazes de fornecer subsídios que comprovem a pertinência entre o crescimento urbano na capital potiguar e as migrações que pra esta vieram. Além, ainda que restrito, do exame de revistas, jornais, catálogos e fascículos que atestam, ao mesmo tempo em que suprem as lacunas da historiografia.

No primeiro capítulo, realizamos uma breve passagem sobre o trajeto do desenvolvimento econômico, industrial e urbano do Brasil no final do século XIX até 1970. E neste processo, como e porque houve um fluxo intenso de migrações pelo país, do interior para as cidades e, sobretudo, da região Nordeste para a região Sudeste, fazendo com que estas percam suas características rurais e obtenham uma fisionomia urbana.

No segundo capítulo desta pesquisa, procuramos compreender o Rio Grande do Norte, dentro do contexto nacional, como se encontrava a sua condição econômico-social no período de 1950 a 1970, que tanto afetaram na distribuição populacional do estado, que passou a se concentrar na capital.

Por fim, no terceiro capítulo, tentamos avaliar a expansão urbana ocorrida em Natal, decorrente de sua situação socioeconômica e do significativo aumento na população, identificando o momento de transição, quando a capital potiguar exibe ares mais urbanos, e quando esta ampliou o seu espaço urbano, incrementando-se os bairros e criando os primeiros conjuntos habitacionais. E, nas derradeiras considerações, faremos uma síntese do que foi possível compreender, ou até mesmo descobrir, e ter ciência, do que ficou oculto, aguardando estudos mais aprofundados.

1 DO BRASIL RURAL AO BRASIL URBANO

Os primeiros núcleos de povoamento latino-americanos, que muitas vezes se constituíram nas futuras cidades, eram basicamente de economia agrária e foram fundados com as características religiosas e imperiais de seus colonizadores que, por sua vez, reproduziram os seus modelos urbanos.

No caso específico do Brasil, foi implementado o modelo urbano de Portugal. E aqui, “a política urbanizadora desenvolvida pela metrópole refletiu, em cada instante, a defesa de seus objetivos como agente principal do processo de colonização do Brasil.”⁴ Isto é, o sistema urbano aqui estabelecido teve a função determinada de constituir uma base de sustentação à economia a ser desenvolvida, seja ela qual fosse. Desde que produzisse o máximo de lucro, principal objetivo da colonização portuguesa, além de ocupar o território, dificultando invasões estranhas.


De acordo com Reis Filho, as primeiras vilas foram edificadas com o estabelecimento das capitânicas hereditárias. Estas tinham a função de entreposto entre colônia e metrópole. Então, para facilitar este intercâmbio econômico-administrativo com a metrópole, que os primeiros núcleos urbanos, em sua maioria, foram erguidos no litoral.

Florestan Fernandes acrescenta que as vilas brasileiras nasceram antes das povoações e eram constituídas por aglomerados semi-urbanos, introduzidos num complexo e predominante sistema agrícola, que determinava a sua configuração, a sua atividade social, e até, a sua durabilidade. Fernandes conclui que entre os séculos XVI e XVIII, boa parte das vilas atuava como pontos de administração, defesa, resistência e contra-ataque. Neste contexto: “somente poucas vilas se tornaram cidades, devidos a aspectos de localização associada ao desenvolvimento econômico favoráveis, além de função político-administrativa e cultural atuantes.”⁵

Neste sentido, o desenvolvimento urbano brasileiro foi marcado por uma seqüência de momentos econômicos distintos, em função de seus principais produtos (de exportação) que

⁴ FROTA NETO. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. Brasília, Senado Federal, 1978. p.23. Apud: REIS FILHO, *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500/1720*. São Paulo, Pioneira, 1968. p.183.

⁵ *Ibid.* p.24. Apud: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade do Brasil: leituras de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1972. p.82.



foram o pau-brasil, o açúcar, o ouro, a borracha e o café. De acordo com a predominância de cada um destes produtos, exceto do primeiro, desencadeou-se o desenvolvimento de diferentes regiões do país e, conseqüentemente, a criação de núcleos urbanos e cidades. Porém, até o início do século XX, o final de cada um desses momentos constituía: “estados de total prostração, além de não haver gerado uma aceleração de crescimento num mesmo espaço contínuo, pois os momentos tinham ‘o centro de irradiação em regiões diferentes’, baseando-se na exploração de produtos distintos.”⁶ Por exemplo, os núcleos urbanos do Nordeste que viveram em função do açúcar e mais tarde do algodão e; em Minas Gerais, aqueles outros núcleos criados essencialmente para apoiar a atividade mineradora. Todos estes, portanto, fundados com o papel específico de sustentar determinada atividade econômica.

Até meados do século XVII o Brasil figurava como o maior produtor de açúcar do mundo. Por esta razão, a colonização propagou-se rapidamente pelo nosso território, sobretudo na região Nordeste. Segundo Caio Prado Junior:

“Os dois grandes núcleos iniciais estão [...] na Bahia e em Pernambuco. Num segundo plano está São Vicente. De Pernambuco a colonização se alargou para o sul e norte, acompanhando sempre a fimbria costeira; para o interior esbarraria com a zona semi-árida do sertão nordestino. Na direção setentrional interrompe-se a expansão no Rio Grande do Norte; além, desaparecem os solos férteis, que são substituídos por extensões arenosas impróprias para qualquer forma de agricultura.”⁷

Acompanhando a lavoura canavieira e, conseqüentemente, distribuindo o povoamento pela região, havia duas atividades acessórias: a agricultura e a pecuária. Ambas destinavam-se a suprir as necessidades alimentares da população. A primeira, situada nas áreas próximas a produção açucareira, alargou a população pela faixa litorânea. Já a pecuária, mesmo se estendendo de maneira muito esparsa, se propagou por grandes áreas do interior nordestino. Esta, também destinava-se a abastecer os núcleos de povoamento do litoral norte, do Maranhão até a Bahia.

Como vimos, os centros de irradiação do Nordeste eram Pernambuco e Bahia. Da Bahia, as fazendas “se espalharam sobretudo para norte e noroeste na direção do rio São

⁶ FROTA NETO. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. p.23. Apud: FURTADO, Celso Monteiro. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p.108.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.39.

Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII.”⁸ De Pernambuco o movimento de povoamento ocupou o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Com a queda do açúcar no litoral e a projeção do ouro e das pedras preciosas no interior brasileiro, inicia-se uma nova fase de práticas econômicas e da ocupação territorial da região Centro-sul. Além da mineração, a pecuária também foi responsável pela fixação de significativo número de núcleos urbanos. E a intensa urbanização decorrente disso, promoveu o despovoamento de certas áreas do país, desencadeado por uma intensa migração.⁹ De acordo com Azevedo:

“chamou atenção especial da metrópole do ponto de vista fiscal, tanto que determinaram o deslocamento do centro político de Salvador para o Rio de Janeiro (que se tornou capital do país em 1763), e transformações no corpo da sociedade tomada de maior mobilidade, o que fez em seu conjunto, esses núcleos populacionais bem diferenciados daqueles existentes sob a economia açucareira.”¹⁰

A estrutura urbana em Minas e a sua influência sobre o centro comercial e político deslocado para o Rio de Janeiro, também favoreceu um desenvolvimento ainda maior dos núcleos urbanos. Pois, a atividade mineradora precisava de um sistema urbano para controlar as tarefas administrativas envolvidas, no controle e na fiscalização dos impostos.

Contudo, a atividade mineradora e o seu comércio propriamente deram base às estruturas e as relações entre o urbano e o rural. Sendo uma economia especializada, precisava de suprimentos agrícolas para sustentar o contingente envolvido na produção. Porém, esta mesma economia, com os deslocamentos terminaram por realizar a ligação econômica entre a região Sul e a região Nordeste pelo interior do país com o povoamento do território ao longo

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.45.

⁹ Caio Prado Junior relata que, durante três quartos de século a mineração e a pecuária ocuparam a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se a custa da decadência das demais atividades. O afluxo da população para as minas é, desde o início do século XVIII, considerável: um *rush* de proporções gigantescas.[...]. isto já seria o suficiente para desequilibrar a vida do país e lhe transformar completamente o aspecto. Em alguns decênios povoa-se um território imenso e até então desabitado. Numa área de 2 milhões de Km² em média foi ocupado, no início do século XIX, por uma população de 600.000 habitantes, ou seja um quinto da população total do Brasil neste período. Esta população ficou distribuída em pequenos núcleos de forma esparsa, separados por imensas áreas desertas.p.64

¹⁰ FROTA NETO. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. p.25. Apud: AZEVEDO, Fernando de. *Formação e expansão das cidades*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 143.

deste trajeto.¹¹ Por outro lado, este fato limitou o crescimento urbano de muitas localidades, que por possuírem uma estrutura urbana frágil, não conseguiram se manter depois de esgotadas as reservas auríferas.

Como observamos, durante séculos o nosso país manteve características agrárias. A sua formação urbana constituiu-se de maneira bastante complexa. Desde os núcleos de povoamento exigidos pela produção açucareira, seguiu pela fase da intensa procura por metais e pedras preciosas e prosseguiu seu caminho, sem fugir do modelo urbano implantado pelos portugueses. Nesse processo, o florescimento econômico de cada atividade, fez movimentar grandes contingentes populacionais para estas áreas econômicas, gerando, então, núcleos urbanos. Muitos desses núcleos transformaram-se em cidades, quando conseguiram se auto-sustentar, enquanto outros entraram em estado de estagnação, pois, surgiram com a função específica de proporcionar somente o sustento às economias locais e por isso, viveram apenas o tempo em que estas permaneceram.

A expansão das atividades econômicas, das ciências, da tecnologia, das cidades e da população, deu impulso a uma fase mais intensa da urbanização brasileira. No final do século XIX, o país ingressou na era do desenvolvimento industrial, da grande produção, da economia moderna. Nesse período, o produto de destaque foi o café, a maior alavanca para o crescimento industrial e das maiores cidades do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Toda essa conjuntura, resultado de um processo, reuniu elementos que contribuíram para montar a estrutura urbana que se configurou entre as décadas de 1950 à 1970.

1.1 A economia, a indústria e a urbanização do final do século XIX à 1970

No decorrer do período de 1870 à 1920, a economia brasileira foi identificada pelo trabalho intenso e canalizado para a produção exportadora, pela falta de populações propriamente rurais, “o que implica em importante fator das migrações,”¹² e, pelo choque social da vida no meio rural para a vida nas cidades.

¹¹ FROTA NETO. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. p.26.

¹² *Ibid.*

A condição de dependência de um modo geral da economia brasileira em relação a outros países, é algo inerente desde a sua formação, como uma herança.¹³ Neste sentido, Frota Neto explica que a economia de exportação constituída visando produzir alimentos e matérias primas tropicais aos países das regiões temperadas da Europa e depois, da América, se organizará e se fará em ligação estreita e dependente do comércio ultramarino, em razão do qual foi gerado e se desenvolveu.

Tal fato tornou o Brasil bastante vulnerável à entrada do capital estrangeiro, que assim se fez sem resistência alguma, desde “os primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da Independência.”¹⁴ Porém, este capital era mais político do que comercial, pois, com isso, a Inglaterra visava consolidar a autonomia política do país, e predominar comercialmente sobre a nova nação. Daí em diante o Brasil passou a fazer parte da economia mundial, “um sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos [inter]nacionais que repartem entre si este capital.”¹⁵

Nesta conjuntura, uma grande participação do capital estrangeiro na economia brasileira se deu através de empréstimos públicos. Na política de valorização do café que este capital penetrou de forma mais profunda, devido ao fato de que este artigo podia ser altamente explorado pelo capitalismo internacional, em todas as suas fases, desde o plantio ao transporte, à industrialização e a venda. Talvez por isso o café tenha contribuído largamente como sustentáculo econômico do país por mais de meio século.¹⁶ De maneira que, o início da industrialização e a grande produção econômica do café promoveram aumento significativo na população, principalmente, das duas maiores cidades do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo.

Posteriormente, com a quebra da Bolsa de Nova York, o esgotamento do solo nas áreas de cultivo de café e a concorrência estrangeira, o café deixou de ser o destaque das exportações do Brasil. De modo que, a larga extensão da cultura cafeeira deu-se em crises periódicas de superprodução e desvalorização, e os investimentos para estimulá-la trouxeram apenas resultados passageiros e precários. Além do café, outras culturas também não

¹³ Frota Neto discute a respeito dos períodos a serem considerado como industrializados, ou melhor, sobre a fixação de seu limite histórico. Para ele não há um limite fixo. p. 31

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.270.

¹⁵ *Ibid*, p.271.

¹⁶ Prado Junior comenta a respeito do destaque atribuído ao café como principal artigo de exportação e da superprodução desde 1925, quando teve que se praticar ‘quotas de sacrifício’, ou seja, queimar estoques de café, mas mesmo assim não foram eliminados os estoques acumulados de ano para ano. P.272.

demoraram a alcançar o seu limite de desenvolvimento, como foi o caso do cacau concentrado na Bahia, da borracha na Amazônia e do algodão no Nordeste.

O algodão, em particular, deu destaque para o Rio Grande do Norte, como bom produtor desta malvácea, que adquiriu significado econômico pela qualidade da fibra do tipo mocó, e fez o Rio Grande do Norte exportador deste artigo. A princípio, de 1920 a 1940, a produção neste Estado era realizada por unidades locais de beneficiamento industrial. Mais tarde, já na década de 1950, devido a importância adquirida pelo algodão no mercado nacional e internacional, despertou o interesse de Companhias estrangeiras de beneficiamento como a *Anderson Clayton e Cia. Ltda.*, *COOK S/A* e a *Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA)*, que monopolizaram a produção algodoeira.

O algodão destacou-se como produto de exportação após 1934. Quando houve a cisão dos grandes blocos imperialistas, “de um lado os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores e que detinham quase o monopólio da produção), e do outro a Alemanha e o Japão.”¹⁷ Estes, procuraram outros fornecedores para as suas indústrias têxteis. A Itália, por sua vez, em condições semelhantes, também procurou novos mercados. Nesta situação, o Brasil apresentava ótimas condições para ser bom fornecedor, pois, com a decadência da cultura cafeeira, as terras utilizadas por esta estavam disponíveis, tanto quanto a mão-de-obra, que eram abundante, além dos recursos técnicos como transportes e aparelhos agrônômicos que puderam ser facilmente aproveitados à nova lavoura.

Grande parte da produção era controlada por empresas japonesas e por empresas norte-americanas, estas, instalaram grandes firmas como a *Anderson Clayton e Cia. Ltda.*, *Mc Fadden e Cia.*, *COOK S/A*, a *Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA)* dentre outras, que controlariam boa parcela da produção brasileira do algodão. Depois de 1942, estas firmas detiveram o monopólio da produção. Com estas empresas, o algodão foi produzido em larga escala e não restringiu-se somente às áreas de cultivo de café, tendo em pouco tempo, o Brasil destacado-se entre os grandes fornecedores mundiais da fibra. Nesse sentido, o algodão condicionou o país a gerar uma economia própria, voltada mais para o consumo interno do que para a produção externa, como sempre aconteceu. Porém, passado o período áureo desta

¹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.276.

cultura, Estados do Nordeste, como o Rio Grande do Norte, não escaparam à estagnação econômica.

Nesse contexto de ampliação de um mercado interno teve como grande contribuinte: “o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades.”¹⁸ A abolição da escravatura, a imigração de trabalhadores estrangeiros, como as próprias levas de contingentes nacionais foram boas alavancas em função de fornecer ao mesmo tempo: mão-de-obra e consumidores. Um outro fator que cooperou muito foi o avanço tecnológico dos transportes e das comunicações, ou melhor, o progresso da indústria em geral, que tornou-se mais acessível às camadas consumidoras dos mais diferentes níveis de poder aquisitivo.

É importante lembrar que a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também exerceu grande influência para que sucedessem muitas dessas variações, não apenas no Brasil como em outras nações, sejam elas diretamente envolvidas no conflito ou não. No tocante a nossa nação, esta guerra aguçou, em particular, o progresso industrial. Desde que o Brasil posicionou-se como aliado dos Estados Unidos, se empenhou em produzir gêneros alimentares e matéria-prima para suprir as necessidades de luta das potências envolvidas na guerra. Na intensa gana por produção, o país provocou um esgotamento da capacidade produtiva da sua economia de exportação de alguns artigos, como foi o caso da borracha por exemplo. Por outro lado, o nível de importação caiu, pois como boa parte de nossos fornecedores estavam engajados na guerra ou isolados por ela, o Brasil não pôde cobrir o desfalque deixado por eles. Os setores mais afetados com a redução das importações foram os combustíveis, derivados do petróleo e do carvão, e, nos alimentícios o trigo.

Como consequência do aumento das exportações e a queda das importações, “a moeda brasileira adquire notável estabilidade cambial, quase sem precedentes em nosso passado.”¹⁹ Com isso, as autoridades monetárias obrigaram a emissão destes saldos comerciais acumulados para a aquisição de divisas representativas e que não encontraram compradores no mercado de importadores. Estas emissões motivaram um processo inflacionário que se propagou por longo tempo.

¹⁸ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.289.

¹⁹ *Ibid*, p.303.

Contudo, as circunstâncias trazidas pela Segunda Guerra Mundial favoreceram um equilíbrio provisório e representaram um crescimento visível no Brasil, mesmo que a base de muitos sacrifícios, sobretudo, da massa trabalhadora, que suportou restrições alimentares e o encarecimento do custo de vida. “A pressão sobre o mercado por efeito de uma oferta insuficiente de mercadorias, assim como a inflação acarretou uma alta nos preços difícil de ser acompanhada pelos trabalhadores,”²⁰ que além de suportar esta pressão tiveram suas liberdades públicas restringidas. Segundo Caio Prado Junior:

“A defasagem entre a progressão do custo de vida e o nível de salários resulta naturalmente em forte acréscimo da exploração da força de trabalho e um sobrelucro apreciável que provoca intensa acumulação capitalista. O considerável enriquecimento das classes possuidoras (...) ainda é fomentado pela valorização da propriedade imobiliária, sobretudo a urbana (...) e pela intensa especulação que caracterizou a vida financeira do Brasil (e a administrativa e a política também).”²¹

O período de guerra fomentou bastante as exportações, diminuiu as importações mas, dificultou a vida da população menos favorecida. Este fato conduziu a economia brasileira a um vultoso saldo comercial, com a alta do café, das matérias-primas e dos alimentos. De forma que “o ano de 1950 trará para o Brasil (...) cerca de U\$ 300 milhões, reequilibrando em consequência, as contas externas do país.”²² De fato, como afirma Celso Furtado:

“os anos 50, são a fase decisiva da industrialização brasileira. Nesse período o Estado [nação] se empenha a fundo em ampliar a base do sistema industrial que surgira da crise da economia primário-exportadora. Coube ao Estado criar meios para atrair capital e técnica do exterior ao mesmo tempo em que multiplicava incentivos à iniciativa industrial local e canalizava essa iniciativa de forma a reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos.”²³

Nesse sentido, após a Segunda Guerra Mundial foi verificado: uma forte movimentação urbana, um intenso crescimento demográfico, fruto de uma elevada natalidade e de uma mortalidade em declínio, além de intensa transferência da atividade produtiva para os perímetros urbanos; também, a mudança do setor primário para o secundário e terciário;

²⁰ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.303.

²¹ *ibid*, p.304

²² *Ibid*.

²³ FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. p.31

formaram-se grandes cidades; aumentou significativamente a mão-de-obra nos mercados urbanos, cujas conseqüências principais foram a melhoria nos padrões de vida, apesar da inflação pesando no orçamento do trabalhador, os progressos sanitários, a multiplicação dos serviços e a própria urbanização.

Contudo, a década de 1950 foi uma época de adaptação gradativa às circunstâncias econômicas. Pois é nesse momento que “o processo de substituição de importações atingiu as indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), bens de capital (maquinas, equipamentos), bens intermediários (siderúrgicos, produtos químicos, borracha, papel.”²⁴ A implantação dessas indústrias deve-se, em boa parcela, a aplicação de capital estrangeiro, que aqui estabeleceram técnicas de produção em massa.

Ainda vivendo este momento de “prosperidade”, em 1951, Getúlio Vargas, empossado em seu novo governo, se valeu disso para incrementar ainda mais a atividade industrial. Para tanto, foram importados equipamentos industriais, matérias-primas e semiprocessadas.

Como o próprio Celso Furtado expõe,

“o setor-metal mecânico já era o mais importante, contribuindo com 27 por cento para a produção total. Os setores alimentar, têxtil e conexos representavam em conjunto 36 por cento. Entre 1949 e 1959, a produção metal-mecânica crescera com uma taxa média anual de 15,2 por cento, quase dobrando a intensidade do crescimento da produção manufatureira, que fora de 8,5 por cento. O avanço da capacidade de autotransformação da economia era visível no fato de que a contribuição da industria local à oferta de bens de capital passara nesse decênio de 36 para 66 por cento.”²⁵

O período entre 1950 e 1970, em meio às variações econômicas periódicas, o Brasil, então atravessava muitas dificuldades econômicas. Entre “1957 e 1961, o Produto Interno Bruto (PIB) era da ordem de 6,9% em média, ao ano. Mas, no período de 1962-64, caiu para 3,4%, mantendo-se quase ao nível do crescimento demográfico que era de aproximadamente,

²⁴ FROTA NETO, Antonio. *Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites*. p.37. Apud: CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. p.84 e 85. Nesse momento, Fernando Henrique Cardoso caracteriza a industrialização brasileira pelo processo de substituição de importações, baseada em três pontos: primeiro, partida e sustentação dependendo dos capitais gerados no setor agrário. Segundo, utilização do trabalho intensivo, mais estimulado por migrantes nordestinos e mineiros do que por imigrantes europeus, como ocorria. E o último, a produção consumida internamente.

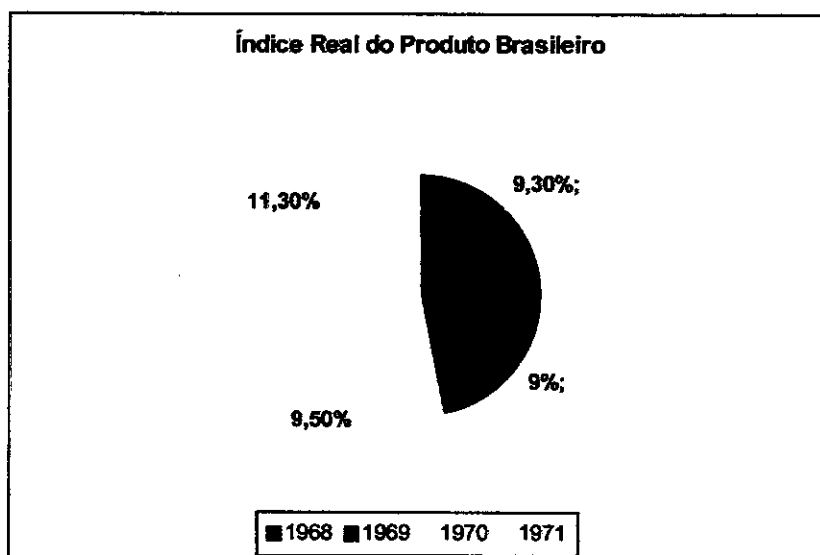
²⁵ FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. p.32

3% ao ano.”²⁶ As oscilações na economia provocaram problemas na sociedade brasileira como um todo. Estes problemas acabaram por ser um dos fatores que desencadearam o golpe militar de 1964.

Após a Revolução de 1964, durante o governo Castelo Branco, procurou-se restaurar a economia do país, combatendo a inflação, tentando equilibrar o balanço de pagamentos e determinando bases para um crescimento sustentável e em longo prazo. Ainda neste momento, já era de se esperar que as oscilações econômicas afetassem a produção industrial, fazendo com que o produto real brasileiro chegasse a 3,7% a.a. entre 1964/67. Mas esta situação conspirou para o país ingressar em uma nova fase de desenvolvimento, foi um marco que criou condições para uma rápida integração do país rumo a internacionalização econômica, que crescia para atender o mercado interno, em plena expansão, tanto quanto à demanda exterior.

O período entre 1968 e 1971 o produto real brasileiro apresentou significativo aumento como ilustra o quadro abaixo. É a época da história do Brasil que muitos analistas denominaram de ‘milagre brasileiro’.

GRÁFICO I



SANTOS, P. P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI*. p. 227.

²⁶ SANTOS, P. P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI*. 2 ed. [s.n.]. Natal/RN. 2002. p. 227.

Isto, por ser o momento em que as comunicações comerciais pelo país se aproximaram ainda mais, com a ampliação, multiplicação e a interligação das estradas, com o asfaltamento das principais vias federais, com a ampliação dos mais importantes portos e aeroportos, a melhoria no saneamento básico, a criação de faculdades, investindo-se em pesquisa e tecnologia, o incremento na agricultura, englobando também os produtos tradicionais como o cacau, o café e o algodão. “Modernizam-se os correios [...] e criou-se um moderno sistema de telecomunicações, através de ondas e, depois dos satélites; difunde-se o telefone, implanta-se o telex e novas formas de transmissão de mensagens.”²⁷ Estes investimentos facilitaram e incentivaram uma maior deslocamento de pessoas, geralmente vindas da zona rural de diversas regiões para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Nesta situação, as cidades, muitas vezes, não conseguem atender as necessidades da demanda populacional. O solo urbano fica cada vez mais disputado, mais caro. E esta nova população desprovida de recursos, termina sendo empurrada para as periferias, criando novos bairros, vilas, jardins, conjuntos habitacionais e também favelas, que redesenham e redimensionam as cidades transformando, assim, a sua fisionomia.

1.2 O caminho das migrações do Nordeste para a Região Sudeste

É reconhecido que esses fatores econômicos, políticos e históricos contribuem para o povoamento desigual do setor urbano e do setor rural pelas regiões do Brasil. Além disso, também influenciaram as próprias “diferenças regionais de crescimento vegetativo e migratório, os quais, de certo modo, também estão ligados interativamente e refletem os mesmos acontecimentos econômicos.”²⁸

Os investimentos em estrutura econômica e social concentrados em determinadas regiões do país, desde sua formação, afetaram diretamente a distribuição populacional brasileira que acabou por tentar acompanhar os núcleos de desenvolvimento. Em linhas gerais, até por uma questão de sobrevivência, houve intensas migrações, sobretudo dos estados

²⁷ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.39.

²⁸ COSTA, Manoel Augusto. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1975. p.8.

nordestinos, para as áreas em ascensão econômica, como os estados da região Sudeste, pois esta constituiu-se como a solução, e ao mesmo tempo, uma fuga dos problemas das áreas desfavorecidas economicamente. Isto afetou a disposição do nosso sistema urbano: complexo e desigual. Tais investimentos movidos por interesses, sobretudo econômicos, transformam o espaço territorial de forma a atender estes mesmos interesses.

O meio natural anterior, dá lugar a ciência, a técnica e a informação. Três elementos essenciais para uma mudança efetiva do espaço, se integram. Os dois primeiros, preparam o território ao mesmo tempo em que o desenvolvem, e o último “é o motor fundamental do processo social”²⁹ que circula pelo espaço preparado. Dessa maneira, as áreas contempladas pela ciência, pela tecnologia e pela informação, tornam-se pólos de atração por excelência, como é o caso da região Sudeste, onde estes elementos se concentram em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Estas duas metrópoles assim se configuraram não apenas pelas suas extensões territoriais, mas, sobretudo São Paulo, porque aí organizou-se a dinâmica do capitalismo brasileiro, já que, nesta cidade:

“[...] se concentrou a engrenagem produtiva essencial à economia do País. Local privilegiado do período de expansão econômica, durante o qual se implantaram, a partir dos anos 50, inúmeras empresas tecnologicamente modernas que geraram enorme volume de excedentes, ao mesmo tempo em que o salário da maioria manteve-se deteriorado [...]”³⁰

Mesmo que o salário do trabalhador fosse modesto, era melhor do que nenhum, e isto foi o suficiente para atrair grande contingente de migrantes, principalmente do Nordeste. Esta volumosa população na cidade contribuiu para onerar a ocupação do solo urbano, que se fez fortemente especulativa e predatória, “e a principal razão esteve no próprio avanço da industrialização, que se propagou por novos núcleos, seguindo os eixos ferroviários e, posteriormente, os rodoviários.”³¹

Em contraponto à região Sudeste, encontramos a região Nordeste que, historicamente apresenta-se como área de expulsão. Visto no total dos deslocamentos inter-regionais do

²⁹ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. p.36.

³⁰ KOWARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.19.

³¹ *Ibid.* p.27.

Brasil, registrados nos censos, a migração nordestina sempre se destacou em torno dos 50 a 60%. Este fenômeno se refletiu no aumento do peso relativo de outras regiões, principalmente na Região Sudeste.³² Como ilustra o quadro abaixo, a região Nordeste é a que mais contribuiu em número de migrantes para a região Sudeste.

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA IMIGRAÇÃO DA REGIAO SUDESTE 1950-1970

REGIÕES DE NASCIMENTO	ANOS					
	1950		1960		1970	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Norte	33.600	3,7	57.928	3,0	82.745	2,7
Centro-Oeste	40.291	4,4	71.750	3,8	121.959	3,9
Sul	110.043	12,1	181.491	9,5	380.870	12,3
Nordeste	724.425	79,8	1.595.049	83,7	2.513.038	81,1
Total	908.359	100		100		100

Fontes: IBGE – Censos Demográficos dos Estados do Brasil – 1950, 1960, 1970.

SUDENE/CEMO/MO. SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste*.p.20

Enfocando as migrações nordestinas, Manoel Augusto Costa afirma que as diferenças regionais foram mais acentuadas entre 1960 e 1970, período marcado por grandes fluxos migratórios no Nordeste e no restante do país. Neste mesmo período, as propensões mais altas em termos de migração registraram-se nos quadros rurais do Nordeste, que compreendem o Rio Grande do Norte (346 migrantes por cada mil habitantes), Pernambuco (275 por mil), Alagoas (243 por mil) e Paraíba (228 por mil).³³ Estas diferenças estão vinculadas ao tamanho das populações, à concentração populacional, ao grau de povoamento expresso pela densidade territorial, ao nível de produção interna, ao nível de analfabetismo e ao nível de urbanização. Sendo assim, a população do Nordeste foi perdendo sua posição populacional relativa no total

³² SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste: 1940-1980*. Recife: SUDENE – PSE, 1989 p.11. Sobre este ponto Sampaio explica que as maiores motivações à migração não estão diretamente ligados a fatores de atração fora da região mas, sim a desequilíbrios econômicos e sociais internos a região, e que não são superados.

³³ MARTINE, George. *Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?* MOURA, H. A.. O balanço migratório do Nordeste 1950/70. In: _____. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza:BNB/ETENE,1980. p.1052.

do país. Como já foi constatado, em boa parte, isto deveu-se as perdas líquidas de população que a região sofreu em favor de outras áreas mais desenvolvidas.

Análises dos censos demográficos de 1950 a 1960 constataram que “o saldo de naturais ausentes da região [Nordeste] cresceu a um ritmo geométrico anual de 8,8% a.a., taxa esta que foi praticamente o dobro da que se registrara na década dos quarenta (3,7% a.a.).”³⁴ Em geral, as motivações às migrações internas situaram-se nos desequilíbrios inscritos no interior do próprio modelo de desenvolvimento econômico das áreas ditas como de evasão. Entre os fatores de expulsão, que fortemente atuaram no Nordeste, podemos citar as várias secas, em particular a de 1950, 1952, 1953 e 1958, que mais castigaram e comprometeram a agricultura. Mesmo assim, cabe aqui lembrar que o fenômeno da seca enfraquece a base econômica da região mas, não determina que o fenômeno migratório ocorra. A pecuarização, por sua vez, que com a necessidade reduzida de mão-de-obra deixa muitos trabalhadores sem emprego. A concentração de terras nas mãos de poucos, também deixa muitos sem base para subsistência, dentre muitos outros elementos que fizeram o nordestino abandonar o seu lugar de origem.

Nesse sentido, os fatores atrativos, mais centralizados no Sudeste, estimularam a mobilidade geográfica da população, como por exemplo a construção de Brasília, assim como também o desenvolvimento das atividades de construção civil no Rio de Janeiro, a expansão da fronteira cafeeira do Paraná, o “boom” industrial de São Paulo, (...), a integração rodoviária Nordeste/Centro-Sul, dentre os quais deve ter contribuído bastante para intensificar os fluxos migratórios do Nordeste no sentido Centro-Sul. Este investimento concentrado fez com que “o Sudeste apresentasse algumas características de uma sociedade urbano-industrial, exibindo um contingente urbano e um proletariado consideráveis (...) [enquanto] o resto do país era fundamentalmente rural e agrário (...).”³⁵

Como podemos analisar, as razões da migração no Nordeste estão diretamente relacionadas a fatores internos de crise e não precisamente ligados a elementos de atração fora da região. Ou seja, a migração é, na maioria das vezes, uma solução e não uma alternativa. Se em seu próprio local de origem houvesse condições favoráveis para manter boas condições de vida, não seria preciso o trabalhador migrar.

³⁴ MARTINE, George. **Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?** p.1034.

³⁵ FROTA NETO. **Urbanização no Brasil (e alguns de seus limites)**. p. 34. Apud: SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a segunda república**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1973. p. 161 e 162.

Uma evidência disso pode ser vista nos dados do censo demográfico de 1970, que revelaram: “cerca de um quinto da população nordestina se encontrava fora de seus locais de origem,”³⁶ pois a maior parte desse contingente encontrava-se na região Sudeste, área vista pelos nordestinos como fonte de empregos e solução de seus problemas, justamente por ser mais desenvolvida. Dessa maneira, o fenômeno migratório assumiu grande importância no cenário demográfico do Nordeste e do Brasil como um todo, pelas diferentes implicações que a migração provocou em relação aos aspectos e problemas econômicos e sociais dos mais variados.

Contudo, a partir da década de 1970 houve uma diminuição no ritmo das migrações. Em parte, isto ocorreu em razão dos investimentos mediados pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A SUDENE implantou projetos industriais que, mesmo não assegurando a contínua demanda de mão-de-obra, geraram expectativas quanto ao mercado de trabalho na região, atraindo migrantes em busca de emprego. De forma que, “o fluxo migratório entre os estados da Região Nordeste vêm demonstrando uma intensa troca entre estados limítrofes.”³⁷ Isto também se explica pelas condições econômicas precárias da população nordestina, não permitindo ao migrante arcar com as despesas dos distantes deslocamentos.

Hélio Augusto de Moura explica que “o processo migratório reflete a própria redistribuição de recursos humanos resultantes das diferenças de oportunidades prevalentes em áreas distintas.”³⁸ Portanto, não raro, os mercados de trabalho presentes nas áreas de evasão mostram-se incapazes de absorver a mão-de-obra local, forçando esta a se deslocar para uma área que ofereça melhores condições de vida. Isto exigirá nesta nova área: uma infraestrutura básica; educação; treinamento profissional para um contingente despreparado, dentre outros ajustes. Esta situação pode causar grandes problemas se a área escolhida não atender tais exigências.

Essa conjuntura favoreceu a uma inversão quanto ao local de residência da população brasileira. Só para se ter uma idéia, a taxa de urbanização em 1940 era da ordem de 26,35%, já

³⁶ MOURA, Hélio Augusto de. *Migrações para as grandes cidades: intensidade e características demográficas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1975. p.9.

³⁷ SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste. 1940-1980*. Recife, SUDENE-PSE, 1989. p.40.

³⁸ *Ibid*, p.9.

em 1980 chegava a 68,86%.³⁹ Neste período, a população total brasileira triplicou, enquanto que a população urbana multiplicou por sete vezes e meia.

Esse contingente foi concentrando-se cada vez mais nas áreas urbanas dos estados, em contraponto, à regressão nas áreas rurais. Como exemplo: entre 1960 e 1970, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal foram os estados que mais apresentaram diminuição da população rural. Já na década 1970 à 1980, a maior queda foi entre os Estados do Espírito Santo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Minas Gerais, da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Este último, mesmo que em escala significativa dentro da realidade do estado, e não em nível nacional, acompanhou a tendência geral das migrações do Nordeste em proporção semelhante. Teve seus períodos migratórios mais intensos, tanto para fora do estado como para a capital e para outros centros urbanos mais desenvolvidos, entre as décadas de 1950 e 1960. Como também, houve uma diminuição no ritmo dos deslocamentos na década de 1970 e seguintes. No caso do Rio Grande do Norte, assim como de outros estados da região, estas oscilações na concentração populacional, contribuíram, em grande parte, para delinear os quadros urbanos do estado.

Do período de maior intensidade migratória, 1950 a 1970, até a queda do ritmo dos deslocamentos, a partir de 1970, a população das capitais e dos maiores centros urbanos brasileiros cresceu notavelmente. Como foi visto, a falta de estrutura das capitais de alguns estados da região Nordeste, que, mesmo possuindo alguma estrutura para a sua população urbana, não estava apta a atender às necessidades de um contingente sem base para se manter no campo e que, por isso, encaminharam-se para cidades como São Paulo. Esta cidade sozinha, foi receptora de mais de 40% dos migrantes. Como podemos verificar na tabela a seguir, a crescente emigração nordestina para a região Sudeste e o quanto a cidade de São Paulo absorveu desta população no decorrer das décadas.

³⁹ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. p.29.

REPRESENTATIVIDADE DE SÃO PAULO NO CONJUNTO DA EMIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O SUDESTE

ANOS	Emigração Nordestina		Lugar de destino / Região Sudeste				
	total (a)	%	Total (b)	$\frac{b}{a}$	São Paulo		$\frac{c}{b}$
					Total (c)	$\frac{c}{a}$	
1950	1.021.177	100	724.425	71	387.612	32	53,5
1960	2.401.931	100	1.595.049	66	862.890	36	54
1970	3.730.109	100	2.513.038	67	1.459.627	39	58

Fontes: IBGE – Censos Demográficos dos Estados do Brasil – 1950, 1960, 1970.

SUDENE/CEMO/MO. SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste*. p.18

Portanto, das principais cidades do Sudeste, São Paulo ficou com o maior peso do contingente migrante, em particular, nordestinos. Nesta condição, o espaço urbano tornou-se cada vez mais disputado, pois já não era mais possível abrigar uma massa tão grande, e isso provocou a proliferação da moradia por áreas cada vez mais distantes do centro. Principalmente na década de 1960, com a chegada densa de capital estrangeiro, a economia, portanto, atinge um nível de acumulação mais diversificado e complexo. Decorrente disso,

“a periferização da moradia popular foi viabilizada pela alteração prévia no sistema de transporte, que começou a ocorrer a partir de 1940: o bonde passa a ser paulatina e crescentemente substituído pelo ônibus, veículo muito mais versátil na produção de terras habitáveis, unindo casas auto-construídas nas periferias destituídas de infraestrutura aos locais de emprego e servindo de intensa especulação imobiliária à medida que zonas longínquas foram transformadas em ‘lotes’, vendidos no mais das vezes, de forma legalmente irregular”⁴⁰.

Lucio Kowarick acrescenta a respeito disso que: se nas periferias a aquisição do espaço era assim tratada, nas áreas mais próximas dos centros, geralmente equipada, eram reservadas estritamente para fins especulativos. Foi então que surgiram os ‘vazios urbanos’, que, “mais cedo ou mais tarde, passaram a ser servidos por infra-estrutura urbana gerada pelo Estado, o qual, por esta via, valorizou enormemente um vasto estoque de terrenos que permanecera vedado à maioria da população.”⁴¹

⁴⁰ KOWARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.27.

⁴¹ *Ibid.*, p.27.

Porém, uma vez a população menos favorecida estabelecida nas periferias desprovidas de infra-estrutura, serão mais uma vez empurradas para pontos cada vez mais distantes, quando nessas áreas chegarem as melhorias urbanas. Em razão disso, elevar-se-á o preço da área será elevado e a população de baixa renda não mais poderá pagar as taxas e impostos aumentados, e conseqüentemente, não poderá habitar nesses locais.

Esta realidade foi vista na cidade de São Paulo, que por ser o centro econômico do país, o processo de ocupação e exploração do solo urbano é visto em proporções bem maiores. No entanto, não significa que esta realidade não esteja presente em centros menores, pois logicamente, em escala menor e talvez num ritmo mais lento, porém, atuante. Cidades menores, inclusive as capitais do Nordeste, como Natal, também enfrentaram problemas com a distribuição do espaço urbano, tais como: a especulação das áreas nobres, com o aumento das periferias, na sistematização dos bairros e conjuntos, diminuição na oferta de emprego, dificuldade nos serviços de educação e saúde, dentre outras questões inerentes aos centros urbanos, independentemente de seu tamanho.

Contudo, a migração interna rural-urbana, é um dos aspectos que oferecem bons argumentos para a compreensão do processo de urbanização. Pois é aí que observa-se mais claramente a transferência do desemprego, do subemprego e do lucro irrisório do campo. Fatores que forçaram contingentes populacionais do meio rural a ir para as cidades em busca de melhores condições de existência. Isto em grande parte gerou a aglomeração nos centros urbanos e o aumento do custo social e econômico. Esta realidade não está restrita às grandes cidades, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, mas se estende dentro de outras condições para o contexto de Natal, no âmbito regional.

2 UM SONHO, OUTRA REALIDADE

Itamar de Souza afirma que, historicamente, todo o sistema urbano, seja planejado ou não, reflete os planos socioeconômicos que orientam a estratégia política que o gerou. O modelo urbano adotado por Portugal no Brasil priorizava, principalmente, interesses econômicos. Neste sentido, as cidades foram surgindo por toda a costa brasileira, remetendo-se a política econômica mercantilista, baseada no pacto colonial, que necessitava de um contato mais intenso entre a metrópole e suas colônias. Daí as primeiras cidades terem sido fundadas no litoral.

Durante o século XVI, na tentativa de seguir a política de urbanização portuguesa e, desta forma, obter mais controle e penetrabilidade do nosso vasto território, os donatários “fundaram numerosas povoações, vilas e cidades ao longo da costa atlântica brasileira. Entre estas, figura a Cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, fundada em dezembro de 1599”⁴². Como outras cidades, Natal desempenharia o papel de ser povoada para proteger a fatia do litoral que lhe foi determinada e produzir lucros.

Localizada num ‘chão elevado e firme’⁴³, a cidade localizava-se à margem direita do rio Potengi e seguia por onde hoje se encontra a Praça André de Albuquerque até a atual Praça Pedro Velho, ainda inserida nesta dimensão, nas proximidades desta última praça, estão os bairros de Petrópolis e Tirol.

Nas primeiras décadas após a sua fundação (1599/1633), o movimento urbano predominava nos bairros da Ribeira e Cidade Alta, sede das primeiras residências, Igrejas, casas de comércio e prédios administrativos. Contudo, a cidade crescia de forma bastante lenta, com muita dificuldade e pobreza. Os habitantes moravam espalhados em sítios em volta de uma “capelinha de taipa forrada de palhas”⁴⁴, e viviam da agricultura, da caça, pesca, coleta de frutos e pequena criação de gado. Este desenvolvimento foi lento, porém, contínuo, 90 anos depois Natal contava com 300 casas⁴⁵. E no final do século XVIII foi realizado pelo prefeito

⁴² SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. p.16

⁴³ CASCUDO, Luiz da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal. Edição IHG/RN, 1999 (Coleção Cultura). p.29.

⁴⁴ *Ibid*, p.19.

⁴⁵ Segundo o relato do Capitão-mor Pereira da Fonseca contido na obra de Câmara Cascudo, *História da cidade de Natal*.p.60.

Omar O'Grady a pavimentação da única via de ligação terrestre entre a Cidade Alta e a Ribeira, a atual Avenida Junqueira Aires, que antes era um aterro de difícil tráfego, sobretudo em dias chuvosos. Em 1935, o prefeito Miguel Bilro melhorou ainda mais o acesso entre os dois bairros com a ampliação da avenida Rio Branco até a Ribeira.

Ao observar esta breve passagem pelo sistema urbano natalense, verifica-se um desenvolvimento lento e progressivo que se estendeu até 1940, quando a capital adquiriu um movimento mais acelerado. Mas, ainda anteriormente a este ano, foram executados benefícios na cidade que diminuíram a lentidão do seu crescimento, devido, em boa parte, ao seu isolamento do interior e a incipiente infra-estrutura, pois não havia estradas transitáveis nem transportes suficientes e capazes de realizar o trajeto. Dentre os investimentos estão a construção das estradas de ferro 'Central do Rio Grande do Norte', construída em 1904 e da 'Great Western', de 1880 que ligava Natal à Nova Cruz. No tocante a esta última, favoreceu a expansão urbana da cidade no sentido sul. Além disso, o Porto foi modernizado após uma nova administração. Foram instalados novos equipamentos para a dinamização do comércio marítimo, promovendo dessa maneira "trabalho para inúmeros operários que povoaram as zonas leste e norte da Ribeira, Rocas, Aerial e Montagem."⁴⁶

Entre 1892 e 1896, já no período republicano, Natal recebeu novos investimentos para incrementar o sistema urbano. No governo de Pedro Velho foram divididas ruas novas, largas e bem distribuídas no trecho que se localiza entre a Avenida Deodoro da Fonseca e a Avenida Hermes da Fonseca. Na época que compreende 1904 a 1939, a cidade ficou ainda mais urbanizada com a divisão e a pavimentação de novas ruas, construção de Igrejas, escolas, mercados públicos, hospitais, biblioteca pública e do Teatro Alberto Maranhão (antigo Teatro Carlos Gomes). Ainda neste período, houve a instalação de luz de gás acetileno e, posteriormente, rede elétrica, sistema de água e esgoto, bondes e rodovias que facilitaram o acesso a Natal e a fizeram um ponto de atração para populações distantes que almejaram melhorar a situação de vida.

Chegada a década de 1940 até 1950, a Segunda Guerra Mundial foi o principal fator de aceleração do ritmo de crescimento da cidade. No início deste período, a capital fora escolhida como ponto estratégico, devido, em relação as outras cidades do nosso litoral, a sua maior

⁴⁶ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. P.21 CASCUDO, p.117.

proximidade de Dakar, no Senegal, África⁴⁷. Sendo assim, aqui foram montadas as bases de apoio para militares brasileiros e norte-americanos, dentre as quais compreendem a Base Naval, em Natal, a Base Aérea, em Parnamirim, e a estrada que liga os dois municípios.

Esta movimentação atraiu um vultoso contingente populacional do interior para Natal a fim de trabalhar nestas “construções de guerra” e em outros serviços não diretamente vinculados as Bases militares. Daí em diante o ritmo de desenvolvimento da capital prosseguiu aceleradamente. Mas, é bom chamar a atenção para o fato de que o crescimento aqui descrito é significativo dentro da realidade do Estado, e não representa notável projeção em nível nacional.

No período de 1950 a 1970, uma série de fatores incentivaram para um crescimento ainda mais rápido da cidade. Em 1957, “os poderes públicos estaduais e federais se empenharam em modernizar as rodovias que ligam os interior à capital.”⁴⁸ O que diminuiu as distâncias entre Natal e o interior do Estado. Na década de 1960 a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) começou a investir de maneira concentrada no centros urbanos de maior porte da região, sobretudo as capitais.

Por outro lado, ocorria o inverso no interior, onde imperavam serias dificuldades econômicas e sociais, como a contínua concentração de terras, uso de métodos primitivos de trabalho, queda das taxas da produção agrícola, secas, e conseqüentemente, a desvalorização dos preços da produção, precárias condições de trabalho, saúde, educação e vida. De forma que a conjugação de todos os fatores econômicos e sociais desencadearam o empobrecimento das populações ligadas à agricultura e forçaram estas a migrar de maneira intensa para cidades como Natal.

⁴⁷ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. P.21.

⁴⁸ *Ibid*, p. 22.

2.1 Situação econômico-social do Rio Grande do Norte no período de 1950 à 1970

No decorrer dos anos de 1950 e 1960 o Estado do Rio Grande do Norte passou por sérias transformações de ordem tanto econômica quanto social que o marcaram e conduziram para uma nova configuração do quadro urbano da capital.

Neste período, observa-se que não apenas no interior do Estado, mas como característica presente em todo o interior há “uma estreita correlação entre densidade demográfica e minifúndio de produção de alimentos. É neste tipo de imóvel onde está concentrada a maior densidade demográfica do setor agrícola.”⁴⁹ A produção, por sua vez, já se encontrava dividida em dois grupos diferentes. De um lado, entre um pequeno número de latifundiários que trabalhavam com culturas essencialmente de exportação como o algodão, a cana-de-açúcar e o agave. De outro, no meio do grande número de pequenos e médios proprietários e dos agricultores que cultivavam nos minifúndios as culturas de subsistência. Algo em comum entre os dois grupos é a prática de métodos primitivos no cultivo e o uso predatório da terra. Estas duas práticas acabam por provocar a queda da produtividade e a consequência disso é o empobrecimento da população dependente do setor primário. Sobretudo no Rio Grande do Norte, onde a agricultura e a pecuária se classificam como a “fonte principal de nossa economia coletiva e ocupação habitual da imensa maioria de nossa população.”⁵⁰

O algodão, um dos principais produtos agrícolas, se não o mais importante da economia norte-riograndense, chegou a participar com 52,3% em média do valor total da produção vegetal como cita o governador Silvio Pedroza na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual, “Essa malvácea representa a nossa cultura dinheiro por excelência. 50 a 60% do valor da nossa produção agrícola são devidas a ela. É ela também a lavoura de maior área utilizada no Estado.”⁵¹ Esta se propagou pelas antigas áreas de criação do Estado, contou com o incentivo do governo, e através da instalação do Serviço Estadual do

⁴⁹ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. p.30.

⁵⁰ INTRODUÇÃO a mensagem apresentada na Assembléia Legislativa. Nº 98 A. Governador Silvio Piza Pedroza. 1951/1953.

⁵¹ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa Estadual na abertura dos trabalhos do ano de 1953 pelo governador Sylvio Piza Pedroza. Departamento de Imprensa de Natal. 1954. Estado do Rio Grande do Norte. p.8.

Algodão em 1924 e da construção de estradas para o interior, o produto alcançou meios certos para a sua comercialização.

Com a chegada de fortes períodos de estiagem, que sempre marcaram a região Nordeste, a produção agrícola ficou comprometida, principalmente a algodoeira, pois, “devido à ocorrência de dois anos secos – o de 1951 e 1952 – contraiu-se nesse biênio, como era inevitável, o volume de nossas safras.”⁵² Com isso, a vitalidade econômica norte-riograndense se viu fortemente afetada. Os preços caíram após 1951 e o Estado passou a depender cada vez mais do mercado centro-sul do Brasil. Desde a década de 1930, “quando o desenvolvimento da indústria paulista e a concorrência de sua cotonicultura nas exportações brasileiras do produto, permitiam o crescimento da exportação potiguar para o Estado de São Paulo.”⁵³ Apenas o tipo mocó, de fibra longa mantinha a sua participação estável na exportação do mercado mundial.

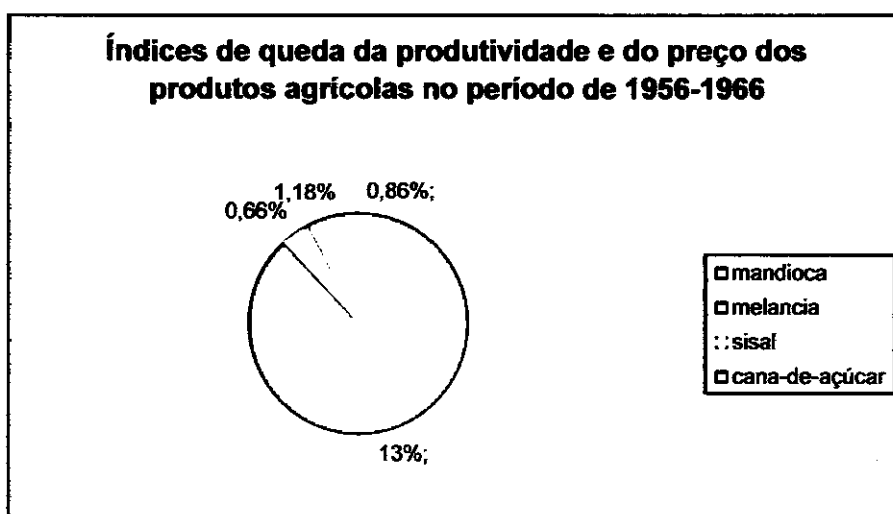
Nos anos de 1950, iniciou-se o estabelecimento de unidades industriais de beneficiamento de algodão pelos comerciantes locais do produto, pois, até então, as principais unidades eram de companhias estrangeiras, como a SAMBRA, a COOK S/A, dentre outras.

Embora o algodão tenha expandido por novas áreas, a sua produtividade tendeu a cair a uma média de 0,50% a.a., segundo dados da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Norte (CEPA/RN). A queda não se deve somente às secas, mas, principalmente, à precária estrutura de produção que não contribuiu para uma condição favorável de comercialização no Estado, o que culminou numa falta de resistência do algodão diante da freqüente oscilação do seu preço. Outros produtos do setor primário também sofreram queda na produtividade e no preço como podemos visualizar no gráfico a seguir:

⁵² MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa Estadual na abertura dos trabalhos do ano de 1953 pelo governador Sylvio Piza Pedroza. Departamento de Imprensa de Natal. 1954. Estado do Rio Grande do Norte. p.9.

⁵³ SANTOS, P. P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*. p. 195.

GRÁFICO II



Dados do CEPA/RN, disposto em “Migrações para Natal”, de Itamar de Souza. p.32

Diante da decadência da agricultura, os proprietários tenderam a expandir a pecuária bovina pelas áreas de cultivo anterior como uma solução para não serem obrigados a abandonar as suas terras. As facilidades de crédito, vantagens para comercializar, e os estímulos oficiais conduziram para esta atividade do setor primário. “Daí porque se verifica que no período de 50/60, as áreas destinadas à pastagem evoluíram em cerca de quase 40% e a população bovina aumentou em 36% no decênio de 1956/66.”⁵⁴

A produção da pecuária se encaixou numa escala ascendente em detrimento da agricultura. “Em 1956, o efetivo do rebanho do Estado atingia, aproximadamente, 2.096.000 cabeças, elevando-se para 2.955.000 em 1966.”⁵⁵

Dos produtos de destaque, incluem-se o leite e a carne. O primeiro obteve um aumento de 53% entre 1956 e 1966, enquanto que o segundo se manteve estável, alcançando um crescimento de 24%⁵⁶ no mesmo período.

Esta mudança de atividade funcionou, em termos sociais, como um fator expulsivo na sociedade rural. Devido a expansão da pecuária bovina ser extensiva (geralmente praticada em propriedades de no mínimo 500 hectares) e, mesmo assim, precisar de pequeno número de

⁵⁴ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. p.32.

⁵⁵ SANTOS, P. P. p.198.

⁵⁶ Todos os dados percentuais apresentados nesta página foram retirados de Paulo P. dos Santos, *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI*. p.198

trabalhadores. Ao contrário da agricultura que move vultoso contingente de trabalhadores, que quanto maior a área cultivada maior a quantidade de mão-de-obra.

A partir da década de 1960 a economia norte-riograndense começou a adotar uma postura mais voltada para a implantação de projetos de industrialização, incentivando, assim, o seu aparelho produtivo. Mesmo com pequena participação no cômputo geral da economia estadual, somente 8% em 1966, o desenvolvimento do setor industrial acompanhava as oscilações do setor primário, o mais vulnerável dos setores, e do setor terciário, voltado para a prestação de serviços, apresentou crescimento rápido e constante. A indústria potiguar se destacou estando vinculada a produção extrativa mineral, principalmente de sal e scheelita.

Em 1966, a produção salineira correspondia a 93% do valor da extração mineral, o que tornou o sal um produto de suma importância econômica para o Estado, seguido da scheelita, considerada o segundo produto mineral mais importante da nossa atividade extrativa, sendo responsável por 4,1% do total da atividade no mesmo ano.

Mesmo sendo pouco expressivo no contexto econômico geral do país, o setor industrial teve o seu ritmo acelerado na época de 1960 a 1970 “em função da política de desenvolvimento regional do nordeste,”⁵⁷ implantada pela SUDENE.

Quando criada em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, pelo Decreto-Lei nº 3692, a SUDENE tinha de imediato o papel de “elaborar um plano de emergência para combater os efeitos das secas e socorrer as populações que viessem a ser atingidas, no caso de sua incidência.”⁵⁸

De certo que a seca é um fenômeno assolador capaz de provocar grandes estragos, mas a “falta de uma estrutura socioeconômica adaptada ao meio”⁵⁹ faz com que qualquer irregularidade climática atinja diretamente o principal e mais frágil setor da economia: a agricultura de subsistência, refletindo severamente na vida do país. O que foi visto no Nordeste, onde o:

⁵⁷ SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte: Contemporâneo (1934 – 1990)**. Estado, evolução política e econômica. Natal/RN: CDF Gráfica e Editora. 2001. p.96.

⁵⁸ SUDENE. Departamento de Recursos Naturais. **As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos**. Recife, 1981. p.35.

⁵⁹ *Ibid.* p.35

“impacto do fenômeno climático é agravado pela baixa rentabilidade dos empreendimentos rurais, e total despreparo estrutural para uma planificação racional visando o desenvolvimento da agricultura, substituindo métodos primitivos, pois a seca (...) não significa falta de chuva, mas tão somente a sua ocorrência num regime de distribuição incompatível com o ciclo vegetativo das culturas normalmente exploradas na região.”⁶⁰

No entanto, visando minimizar os efeitos das estiagens e da falta de estrutura dos municípios nordestinos, a SUDENE, juntamente com outros órgãos como o Ministério da Agricultura, DNOCS e o DNER, dentre outros, implantaram uma série de medidas com esse fim.

O primeiro passo foi estabelecer uma rede de estações meteorológicas em várias partes da região para o estudo das variações climáticas e de dados hidrométricos e, de posse das informações necessárias, elaborar projetos que revertssem as deficiências presentes no Nordeste, sobretudo nas áreas mais atingidas pelas secas. Para tanto, foram construídas bacias e/ou reservatórios no Ceará e Pernambuco (2), e Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia (1). Também foram enviados gêneros alimentares, carros pipa e medicamentos para abastecer os pontos mais críticos. Como medida auxiliar, postos agropecuários foram reaparelhados.

Contando com a ajuda do Ministro da Viação e Obras Públicas, a SUDENE mobilizou recursos para o abastecimento e o sustento de frentes de trabalho⁶¹ visando empregar toda a mão-de-obra disponível durante a seca nos estados afetados. Créditos especiais foram concedidos aos ligados à agricultura nas áreas sofridas pela seca visando manter os trabalhadores no campo e para melhorar a infraestrutura das fazendas. Também foram abertas frentes de trabalho na área de transportes, construção civil e na própria agricultura.

Nos anos de 1960, mesmo continuando suas ações no meio rural nordestino, a SUDENE também passou a investir de forma mais concentrada nos centros maiores da região, favorecendo a ocorrência de grandes fluxos migratórios, principalmente para as capitais.

Como já foi visto, no que diz respeito à indústria, os maiores investimentos da SUDENE no Estado potiguar foram voltados para a extração mineral de sal e scheelita. Em

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ A SUDENE organizou mais de 600 frentes de trabalho em programas especiais de construção de rodovias, moradias, incremento da agricultura dentre outros. O total de trabalhadores ultrapassou 130 mil conforme dados do SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Nordeste). SUDENE. *As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos* p.36.

1966, o mesmo órgão elaborou o seu primeiro Plano Diretor para o desenvolvimento da região, abrangendo grandes projetos na área de rodovias, abastecimento, água e esgoto, habitação popular, eletricidade, recursos naturais, indústria e treinamento de pessoal. Salientando que o maior parte deste plano seria investido nos centros urbanos.

Acompanhando a tendência que ocorria no Nordeste e no resto do país, no Rio Grande do Norte, o setor terciário foi o que mais rápido cresceu e contribuiu para formar a renda do Estado. Neste, a SUDENE também se empenhou para formar “uma consciência de planejamento nos meios governamentais e empresariais.”⁶² Em 1961, no governo Aluisio Alves, o Estado recebeu pesados investimentos que se concretizaram paulatinamente com a implantação de empresas públicas e federais como a Universidade Federal, escolas públicas, Banco do Brasil, Petrobrás, e até mesmo um escritório da SUDENE em 1968, que serviria de ponte entre as empresas potiguares e este órgão no Recife.

Contudo, é bom lembrar que as ações da SUDENE e a implantação de projetos industriais não asseguraram a contínua demanda de mão-de-obra, mesmo assim, “geraram expectativas quanto ao mercado de trabalho na região, atraindo migrantes em busca de trabalho.”⁶³

A chegada destas empresas promoveram um aumento significativo no número de funcionários federais, o que conseqüentemente motivou o crescimento do comércio, do turismo e da construção civil, “ainda mais a partir dos anos 60, quando são construídos os primeiros conjuntos habitacionais.”⁶⁴ Este crescimento populacional incentivado pelas políticas governamentais atraiu grande contingente populacional do interior para as cidades. E como este contingente migrante, na sua maioria, não tinha qualificação profissional, preenchiam geralmente os empregos pertencentes ao setor informal, do tipo sem contrato, como costureira, artesão, bóia-fria e vendedor ambulante.

De forma que no decorrer do período de 1950 e 1960, a balança da economia foi pendendo gradativamente mais para o setor de serviços em detrimento do setor agrícola, que pesava mais no início. De acordo com Paulo Pereira dos Santos isto aconteceu porque a crise econômica da agricultura, com a expansão do desemprego, era comprovada pela redução da

⁶² SANTOS, Paulo P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI*. p. 203.

⁶³ SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste*. p.37.

⁶⁴ CAVIGNAC, Julie. *RELATÓRIO final: Memórias de migrantes*. UFRN/CCHLA/Departamento de Ciência Sociais. Pesquisa Etno-literária de uma comunidade da Zona Norte da cidade de Natal. 1997. p.24.

participação da população economicamente ativa na população total (...)" visualizando a tabela abaixo, comprovamos a transferência da população economicamente ativa do setor primário para o setor terciário no período de 1950 à 1964.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NOS SETORES:
PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO

ANOS	Setor primário	Setor terciário
1950	80,2%	19,8%
1964	66,2%	33,8%

SANTOS, Paulo P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI*. p.202

No processo de urbanização observa-se a fragilidade do setor primário decorrente de sua incapacidade de absorver a mão-de-obra disponível, fazendo com que esta migrasse para os centros urbanos, onde desempregados ou subempregados, terminaram por inchar o setor terciário da economia que, por sua vez, também não possuíam condições de ser permeável ao excedente da mão-de-obra rural, constituindo portanto, um peso sobre a população economicamente ativa, bem como, uma maior procura pelos serviços de educação e saúde.⁶⁵

2.2 As migrações vindas do interior do Estado

Tais transformações econômicas e sociais ocorridas no período de 1950 a 1970 provocaram um significativo aumento da população urbana do Nordeste, de forma que "totalizou em 1970, cerca de 28,7 milhões de habitantes, havendo crescido no período de 1960/1970 à uma taxa geométrica anual de 2,5%.⁶⁶ No Rio Grande do Norte, também ocorreu um elevado crescimento demográfico urbano motivado, em grande parte, pelas migrações e, como a maioria dos Estados da região, o sentido destas seguiu rumo às cidades litorâneas, sobretudo, as capitais.

Seguindo a tendência geral das migrações no sentido rural-urbana do Nordeste, este fluxo se apresentou muito significativo. O fluxo migratório aumentou consideravelmente dentro de cada Estado da região em função da proximidade do local de origem com o destino,

⁶⁵ KELLY, Maria do Socorro Barros. *Força de trabalho e emprego no Nordeste, 1968-1972*. p.25.

⁶⁶ MOURA, Hélio Augusto de. *Migrações para as grandes cidades do Nordeste*. p.11.

ou seja, do interior com a capital ou mesmo uma cidade que oferecesse oportunidades de melhoria de vida, “isto se explica pelas condições precárias da economia da população nordestina, não permitindo a este migrante arcar com as despesas do deslocamento.”⁶⁷ Como já foi visto e próprio Sampaio também confirma ao declarar que:

“a estrutura fundiária altamente concentradora, as relações de trabalho vigentes, os sistemas de cultura (...) poupadores de mão-de-obra, a pecuarização, estimulam a evasão do meio rural, pois soluções como a abertura de novas fronteiras agrícolas está se extinguindo, mesmo ao nível do país como um todo. Por outro lado, as oportunidades em termos de mercado de trabalho, representado pelas atividades desenvolvidas nos centros urbanos regionais são limitadas e insuficientes para atender a volumosa e crescente demanda por trabalho. Dessa forma, as migrações em direção a outras áreas do país tendem a se manter e acentuar-se de forma crescente.”

A conjuntura econômica e social que se processou no período em estudo dificultou bastante a vida do homem do campo, sofrendo com a crise da agricultura, base de sua subsistência; com as relações de trabalho que não favoreceram a sua permanência no meio rural; com as secas castigantes e as precárias condições de trabalho e, conseqüentemente de saúde e educação. Tudo isso desencadeou um empobrecimento do contingente ligado ao setor primário e o forçou a procurar por melhores condições de existência. Em geral, o que motivou às migrações internas foram os desequilíbrios inscritos no interior das estruturas de desenvolvimento econômico, de maneira que as causas da migração no Nordeste como um todo “estão diretamente relacionados a fatores internos de crise e não necessariamente a elementos de atração fora da região.”⁶⁸

Contudo, se por um lado a situação no interior do Rio Grande do Norte estava crítica, em Natal, o panorama apresentando era de progresso contínuo, visto como um campo promissor. Notavelmente mais no final do período em questão, após reformas administrativas e econômicas, quando se fez possível a implementação de projetos de infraestrutura pelos órgãos governamentais, com a aquisição de grandes investimentos para a área de habitação, educação, saúde, abastecimento de água, energia (com a instalação da Hidrelétrica de Paulo Afonso entre o Estado de Alagoas e Sergipe), transportes e a gradativa expansão das estradas,

⁶⁷ SAMPAIO, Aidil. *Tendências das migrações do Nordeste*. p.40.

⁶⁸ *Ibid.* p.9.

como a Rodovia Natal - Angicos e a Rodovia Natal- Caicó RN-24⁶⁹, e de outros meios de comunicação que melhoraram o intercâmbio de informações, bens e serviços, dentre outros, que incrementaram a cidade e possibilitaram o seu desenvolvimento tornando-a um pólo atrativo, sobretudo, para as pessoas do interior, que tinham da capital, a imagem de um paraíso de prosperidade.

A cidade é sinônimo de segurança, proteção e bem-estar social. Para os migrantes, “a cidade, pelo diferente tipo de vida que proporciona aos seus habitantes, é uma presença permanente e sedutora na consciência coletiva da sociedade interiorana.”⁷⁰ De forma que este homem tendo absorvido os valores propostos pela sócio-visão urbana, ou seja, as pessoas que vivem e trabalham na cidade e os meios de comunicação a apresentam como o lugar para se viver e ascender socialmente. Sendo assim, os migrantes percebem que suas aspirações não podem ser sanadas pela espécie de economia a qual estavam vinculados, então ele decide migrar para os centros urbanos.

Nestas condições, a urbanização das cidades, fomentado pela dinâmica do processo migratório, possuiu sua gênese desta urbanização num investimento concentrado das políticas governamentais nas cidades e nas crises estruturais do campo, que fazem da primeira um pólo de atração, enquanto que o segundo um ponto de evasão. Itamar de Souza bem explica este fato quando coloca que

“em todo processo migratório, a procura de melhores condições econômicas está presente no conjunto de razões que levam o indivíduo decidir-se a emigrar. Mesmo sem ter muita certeza quanto às condições de vida da sociedade de destino, os que emigram por motivos puramente econômicos alimentam a esperança de verem satisfeitas as suas aspirações na área ecológica que os atraiu. Por esta e outras razões, o processo de migração que se verifica no Nordeste e nas demais regiões brasileiras, representa um despertar de consciência do povo para usufruir melhores padrões de vida. A migração interna, para os grandes centros urbanos, como se processa atualmente, é quase sempre sintoma de crises estruturais.”⁷¹

⁶⁹ O jornal A REPÚBLICA de 21 de janeiro de 1959 (7ª pág), publicou que no governo Dinarte Mariz, o Serviço Estadual de Estradas de Rodagens (SEER), construíram mais de 335 quilômetros de estradas. Dentre as quais estão: a estrada que liga Moçoró à Tibau, ou seja a principal cidade do interior ao litoral. Além da estrada que liga Caicó à Serra Negra, a Rodovia João Câmara-Macau, a RN11, que liga São Miguel à Santana do Matos, a Natal-Angicos, que teve importância reconhecida para a vida do estado, por ligar Angicos à capital do Rio Grande do Norte, e por garantir o abastecimento de água daquela cidade e, por último, a RN-24 que liga Natal à Caicó, considerada uma das maiores realizações do atual governo.

⁷⁰ SOUZA, Itamar de. **Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório**. p.37

⁷¹ Ibid p.50.

Além da situação econômica já descrita anteriormente, na qual as crises internas provocaram as evasões do homem do campo, e foram primordiais para desencadear o processo migratório. Ocorreram razões sociais que, não dissociadas das causas econômicas, também motivaram as evasões. Uma delas está relacionada a serviços de saúde. Por falta de equipamentos adequados e pessoal habilitado no campo, várias pessoas ficaram sem tratamento médico, e por isso se deslocaram para as cidades em busca deste atendimento. Um outro motivo diz respeito ao sistema educacional no interior. Os problemas mais comuns neste setor residiram numa educação deficiente, pelo fato de que, por um lado as escolas públicas nem sempre possuíam uma estrutura física adequada nem um corpo docente (quando havia) composto por profissionais capacitados. Por outro, a cobrança do preço das escolas particulares estava muito além do orçamento do trabalhador rural. Ainda sobre educação é importante lembrar que a partir de 1960 a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (fundada em 1959) passou a exercer influência atrativa também sobre a juventude do interior com o desejo de cursar uma faculdade, já que esta era vista como um caminho seguro para uma mobilidade social ascendente. Por fim, numa menor escala, houve a migração por motivos de transferência, que não necessariamente significa uma repulsa social à sociedade local, mas sim uma ação que geralmente faz parte da vida do profissional público civil ou militar. Além daqueles que migraram por simples aventura, o que não cabe aqui entrar em maiores detalhes.

Para que o processo migratório se avolumasse foi muito importante a propagação dos meios de comunicação, mas o que mais influenciou na decisão dos migrantes para a evasão foi o conhecimento das oportunidades de emprego e melhoria de vida que Natal oferecia, através de amigos e familiares. O que mostra a força dos laços de amizade e de família, capazes de atuar nas decisões da população que migra. Associado a este aspecto, está o fato de que muitas das pessoas que migram possuem parentes ou amigos que residem no lugar de destino e acabam por ser referência para os que querem se mudar.

Com relação à condição dos migrantes de acordo com o trabalho, “partiu-se de um paralelo entre a situação de ocupação dos chefes de família que imigraram até 1973, identificando-se que 21,5% tinham ocupação na agropecuária e extração mineral antes de chegar a Natal, e que apenas 5,1% destes permaneceram nestas atividades, depois de se

fixarem em Natal.”⁷² As atividades industriais e de construção civil desenvolvidas na capital potiguar e nos centros urbanos maiores como Mossoró, absorveram migrantes de outros setores de atividades, sobretudo do setor primário, mas foi observado que “apenas 6,8% da população migrante desempenhava atividade nestes ramos antes de migrar, passando para 9,9% depois de sua fixação em Natal.”⁷³ Para aqueles que já trabalhavam com comércio e finanças em seu local de origem, o percentual era de 13,4% passando para 15,6% após o estabelecimento na capital, isto leva a supor que estas pessoas apenas tenham transferido de lugar no desempenho de suas atividades. O serviço público chegou a absorver boa parte da mão-de-obra migrante, compreende 24% das atividades dos chefes de família, e destes, 11,2% já exerciam este tipo de ocupação antes de vir para a cidade. Quanto aqueles que não tinham profissão definida, somando um contingente que girava em torno dos 18%, somente 2,9% permaneceram sem definição.⁷⁴

Todas as razões inerentes ao desencadeamento do processo migratório estão presentes por toda a sociedade rural potiguar. No entanto, estes motivos se apresentaram mais fortemente em algumas microrregiões do Estado, de forma a impulsionar a convergência de fluxos migratórios maiores para os centros urbanos, como a capital. Dentre as microrregiões que mais contribuíram com o seu contingente populacional foram, em ordem decrescente: Agreste Potiguar com 11,9%, Seridó com 11,5%, Salineira Norte-rio-grandense, com 7,3% do total da população vinda para Natal. No tocante a esta última teve a sua distribuição dividida entre Mossoró e Natal. As demais microrregiões forneceram percentuais menores. Da três microrregiões os municípios que mais se sobressaíram foram Nova Cruz, Santo Antônio do Salto da Onça, São Paulo do Potengi e Monte Alegre, estas na Agreste Potiguar. Na microrregião do Seridó se destacam Caicó, Currais Novos e Acari. E por fim, na microrregião Salineira Norte-rio-grandense encontram-se Mossoró, Macau e Pendências.⁷⁵

Conforme a pesquisa liderada por Itamar de Souza, na qual está inclusa entrevistas com 1.525 pessoas, deste número 941 que corresponde a 61,7% vieram das dez microrregiões (homogêneas) em que se divide o Estado, enquanto que apenas 294 são naturais de outras

⁷² PERFIL da região da Grande Natal. Secretaria de Planejamento. IDEMA. p.8.

⁷³ PERFIL da região da Grande Natal. Secretaria de Planejamento. IDEMA. p.9 e 10.

⁷⁴ Todos os dados percentuais relacionados as atividades profissionais desempenhadas pelos migrantes foram levantados pelo IDEMA e estão disponíveis no PERFIL da região da Grande Natal.

⁷⁵ SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. p.44.

unidades do país e 290 são oriundos de Natal, o que corresponde a 19,32% e 19,0%, respectivamente, do total entrevistado. Estes índices até então apresentados provocaram um elevado aumento populacional na zona Litoral como um todo, crescendo de 26,2% em 1940 para 32,7% em 1964. Com este percentual verifica-se que “esse incremento relativo do Litoral é decorrente, principalmente, da expansão da população urbana natalense.”⁷⁶ O mapa a seguir indica as três principais microrregiões de procedência dos migrantes que vieram para Natal, na ordem de cores da mais escura para a mais clara.

MAPA I
O sentido do deslocamento das principais microrregiões do RN



Plano de Ação do Governo Tarcísio de Vasconcelos Maia (1976-1979). Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria de Planejamento/SEPLAN. 1976.

Entre 1960 e 1970, Itamar de Souza afirma que a população total de Natal cresceu a uma taxa de 6,5% a.a., ou seja, quase dobrou e não deixou de aumentar. A evasão populacional do campo para a cidade é uma das maiores causas deste aumento, isto, porque a migração tornou-se o meio mais viável, se não a única solução para o pobre melhorar de vida. Neste sentido, “Natal tornou-se o lugar dos desesperados dos trabalhadores rurais, que migraram para a capital do Estado, na esperança de melhorar de vida, de recuperar o sonho perdido.”⁷⁷ Conseqüentemente, o índice de crescimento da população rural mostrou-se bastante reduzido. Souza completa que:

⁷⁶ SANTOS, P. P. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao XXI*. p. 204.

⁷⁷ SILVA, Anelino F. da. *Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil*. Apud: FELIPE e GOMES, 1994: 10. Atlas escolar do Rio Grande do Norte.

“O êxodo rural e as migrações, que conheceram um crescimento entre os anos de 1950 e 1970 não deixaram de ser um meio importante de mobilidade social para as populações menos favorecidas da região nordeste e essas migrações se tornaram parte integrante da história dos nordestinos.”⁷⁸

Na verdade, migrar tinha para o homem do interior o significado de esperança de uma vida melhor e de desafiar o desconhecido. Era para quem não encontrava meios de melhoria em seu lugar de origem a única atitude a tomar. Por outro lado, a presença deste migrante, aqui na capital, não representou apenas um ônus a mais para o poder público que teve que adaptar e ampliar o plano estrutural da cidade, foi uma contribuição para o crescimento da mesma que se viu obrigada a buscar soluções abrigar este contingente. Mesmo não atendendo de maneira satisfatória para muitos proporcionou uma notável mudança no cenário urbano da capital potiguar.

⁷⁸ RELATÓRIO final da pesquisa: *Memórias de migrantes*. Coord. Julie Cavignac. p.23.

3 A EXPANSÃO URBANA EM NATAL

Natal apresentou características peculiares nos distintos momentos de seu processo de produção do espaço urbano. A princípio, foi possível verificar o longo período de lento desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, urbano, que se estendeu até a década de 1940. Na verdade, isto pôde ser observado até pela própria pequena concentração de atividades econômicas e de população.

Após o decênio de 1940, com o episódio da Segunda Grande Guerra, Natal transformará sua fisionomia. Esta, como ponto estratégico-militar, sediou base das Forças Armadas tanto brasileiras como norte-americanas. Como vimos, este fato mobilizou toda uma ação para aqui oferecer condições para abrigar todo o “contingente de guerra”, ou seja, ao militares, quanto aqueles que trabalhavam para dar apoio a este contingente. Esta ação proporcionou um sensível crescimento econômico por meio das atividades comerciais e serviços. Por sua vez, este crescimento econômico intensificou o fluxo migratório, pessoas que aqui almejava oportunidades de emprego ao mesmo tempo em que fugia da seca e das demais dificuldades presentes em seu lugar de origem. Este fato fez com que a população em Natal praticamente dobre em 1950. Como a própria Maria do Livramento afirma,

“em 1940, o município de Natal, reunia apenas 7,1% da população estadual. Em 1950 esses números evoluíram para 10,66% apesar da taxa média geométrica de incremento anual da população residente no estado haver sido de 2,43% e acima da média do Brasil que foi de 2,39%.”⁷⁹

A autora acrescenta completa que esse aumento de participação, [...], pode ser atribuído ao estabelecimento da base militar dos Estados Unidos em Natal no decorrer da Segunda Guerra e “aos desdobramentos que a guerra causou na economia estadual”⁸⁰, já que houve uma multiplicação de atividades e serviços para suprir as necessidades das bases militares. Em decorrência disso, desencadeia-se um processo de especulação imobiliária urbana. Pois,

⁷⁹ CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. p.162.

⁸⁰ Ibid.

devido a uma maior concentração de pessoas na capital, o solo passa a ser mais valorizado e disputado pelas mais diversas camadas sociais que aqui se estabelecem.

Passado o período de guerra, Natal jamais voltaria a ser a mesma. Depois da queda da agricultura, principalmente no que diz respeito à produção de algodão em contraponto com a ascensão da pecuária no decênio de 1950. Na década de 1960, época em que se impulsionou a industrialização no país, os efeitos também foram sentidos aqui. É verdade que de maneira bem mais suave, mas, notável, sobretudo no setor extrativo mineral, no qual se destacaram o sal e a sheelita. Ainda neste período, o estado recebeu as ações da SUDENE, fundada no governo do presidente Juscelino Kubitscheck, possuía o objetivo de minimizar os efeitos da seca, assim como a falta de estrutura dos municípios nordestinos. Foi visto a sua ação no interior, com a abertura de frentes de trabalho para construção civil, transportes e agricultura, para que o homem do campo conseguisse se manter em seu lugar. Contudo, a sua ação foi mais concentrada nos centros urbanos, como a capital potiguar, para onde foram elaborados os maiores projetos e enviados maior quantidade de recursos, na área de abastecimento de água e energia, habitação, indústria dentre outras áreas⁸¹. Fato que também favoreceu a ocorrência de fluxos migratórios para as capitais. Dessa forma, a concentração populacional continuou a crescer muito. Em função disso, a especulação imobiliária se tornou ainda maior, e tamanha a amplitude desse processo que o poder público cria os primeiros programas habitacionais.

Inaugurada a década de 1970, chega a época que marca a “arrancada para o desenvolvimento urbano e/ou transição para a sociedade urbana: aumenta o ritmo de concentração de atividades econômicas e de população.”⁸² Acompanhando a tendência geral dos estados nordestinos, a população norte-riograndense deixa de ser predominantemente rural e passa a ser urbana, ou melhor, torna-se uma sociedade urbano-industrial.

Assim como Maria do Livramento expõe, o aspecto concentrador de renda dessa sociedade geraria sérias repercussões na mesma. O desenvolvimento tecnológico conduzia a altas taxas de crescimento em todos os setores da economia, tanto na agricultura, na indústria e nos serviços. Como podemos ver, “o intenso processo de urbanização que significou a

⁸¹ SUPERINTENDÊNCIA do desenvolvimento do Nordeste. *As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos*. MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE: Departamento de Recursos Naturais. Recife. 1981. p.35.

⁸² CLEMENTINO, Maria do Livramento. *Economia e urbanização*. p. 185.

transferência do campo para as cidades e das cidades pequenas para as metrópoles de grandes contingentes populacionais.”⁸³ Isto fez parte e ao mesmo tempo resultado de um momento de crise, como sabemos nesta época vivia-se o “milagre econômico”, e apesar todos os investimentos em tecnologia, pesquisa, melhoria em número de estradas, faculdades, aeroportos, saneamento, incremento da agricultura, telecomunicações dentre outras melhorias que fizeram do solo urbano a necessidade de consumo da maioria da população do país. Esta conjuntura provocou graves problemas, pois a cidade por maior e melhor estruturada que seja, não é capaz de abrigar todo o contingente que chega, não somente em termos de manter esta população, mas também pela própria falta de qualificação profissional que muitos desta massa apresenta, e por isso não podem preencher as vagas dos empregos que exigem tal qualificação.

A política econômica desenvolvida à época do “milagre econômico”, mostra uma política que focalizava a economia externa. Isto é, as transformações tecnológicas realizadas visavam atender a demanda internacional. Para tanto, “a dinâmica da economia exige expansão e modernização da agricultura (São Paulo, Centro-Oeste e Sul, principalmente) e exploração (em bases modernas) dos recursos naturais do Norte e Nordeste.”⁸⁴

Contudo, este foi o período em que os estados do Nordeste, sobretudo as capitais, mais se beneficiaram do intenso crescimento econômico, pois, de qualquer maneira, estavam inserida na economia internacional. Inclusive, favorecido pela “política do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), e com o avanço da produção de bens intermediários e através da expansão dos investimentos públicos.”⁸⁵ É neste período que esta região começa a sentir os efeitos dessa inserção, recebe grande montante de investimentos públicos e privados, expandindo o gasto público em 13%, entre 1967 e 1973⁸⁶. Este gasto se refletiu, sobretudo, na construção civil e na indústria de materiais de construção. Nesse momento,

“o capital mercantil imobiliário construtor ao capturar o Estado passa a comandar o processo de ocupação e uso do solo urbano, promovendo o crescimento desordenado das cidades, a especulação imobiliária desenfreada e, conseqüentemente, a periferização dos assentamentos humanos. Serve-se das políticas habitacionais oficiais

⁸³ CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Economia e urbanização**. p.247.

⁸⁴ CANO, 1988. p.22. Apud: CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Economia e urbanização**. p.249.

⁸⁵ GUIMARÃES, 1986, p.208-231. Apud: CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Economia e urbanização**. p.251.

⁸⁶ CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Economia e urbanização**. p.251.

para realizar os assentamentos de conjuntos habitacionais e força o estado a prover a infra-estrutura que requer a nova cidade.”⁸⁷

É a época em que a cidade vive a fase de maior ampliação de sua malha urbana, com o solo cada vez mais disputado, esta passa a ser dividida em setores, como diz João Mauricio Fernandes de Miranda, em seu trabalho: *Evolução urbana de natal em 400 anos (1599 – 1999)*, Natal torna-se setorizada. Em suma, as áreas mais centrais são destinadas para o comércio e para as camadas mais abastadas, enquanto que as áreas não tão centrais destinam-se a residências de alto e médio padrão aquisitivo e, as periferias ficam para aqueles menos favorecidos.

3.1 O processo de transição da capital potiguar: de um espaço rural para um espaço urbano

A participação de Natal na Segunda Guerra Mundial influenciou muito na forma como se processou a sua expansão urbana:

“de um lado, a urbanização ‘enlatada’, vinda de fora, foi aproveitada pelos segmentos dinâmicos da economia do Estado (algodão, cana-de-açúcar) que diversificados pela economia de guerra, aceleraram o processo de integração dessa economia de mercado nacional. (...). De outro, esses impulsos associados aos investimentos realizados durante a mobilização militar mostram-se insuficientes a uma trajetória do capital comercial em direção a órbita específica do modo de produção capitalista.”⁸⁸

De maneira que, a momentânea passagem dos tempos de guerra e a desordenada distribuição dos incentivos financeiros no setor terciário, à revelia das aspirações locais, fez com que a população experimentasse um progresso não precisamente real. É nesta ambigüidade que se verifica a relação entre o trajeto do capital imobiliário e da construção civil com o desenvolvimento físico-territorial, e a fixação de contingentes militares na capital. Foram nestas formas de convivência entre o poder público local e o militar que cresceu mais ainda a propriedade fundiária, vista como base do capital mercantil. Esta propriedade era sustentada através da sua articulação na construção civil e em imóveis, financiados pelo

⁸⁷ CLEMENTINO, M. Livramento M.. *Economia e urbanização*. p.251

⁸⁸ CLEMENTINO, M. Livramento M.. *Complexidade de uma urbanização periférica*. p.181.

Estado, que tirou vantagens da instalação de equipamentos montados no período da guerra para estabelecer contingentes em Natal, garantindo assim em seu sistema terciário certo número de empregos mantidos pelo gasto público para manter bases, soldos e salários.

As mudanças no cenário econômico do Estado e as necessidades urbanas no decorrer da guerra fizeram com que a cidade vislumbrasse um movimento de geração de um mercado urbano de terras que se configurou nos anos de 1970, “ao mesmo tempo em que se garante o conhecimento das tendências da expansão físico-territorial da cidade.”⁸⁹

Associado a ocupação militar e a valorização da propriedade fundiária, que se projetou no final dos anos 40 e cresceu ainda mais nas décadas de 1950 e 1960, houve um aumento intenso da população, da elevação da renda familiar, transferência de capital para o setor imobiliário, terras devolutas na zona rural de Natal, criação de uma rede viária e a indefinição do perímetro urbano. Estes fatos favoreceram bastante o crescimento de empresas especializadas em construção civil, porque, a intensificação do processo de concentração populacional aumentou bastante a procura de moradia, provocando com isso um aumento no preço dos imóveis como também dos aluguéis.

Os investimentos em construção, com fins militares, também contribuíram para a edificação de casas civis, uma vez que, muitas moradias foram erguidas nas proximidades de edifícios militares, essencialmente a Base Aérea, a oeste e a Base Naval ao norte. Estas construções criaram dois eixos viários de intenso tráfego, de forma que Natal passou a acompanhar estas duas vias em seu processo de desenvolvimento físico-territorial. Um sentido de crescimento acompanhou a rodovia Natal-Parnamirim, construída pelos norte-americanos, e o segundo sentido, perpendicular ao anterior segue em direção a Base Naval, no Alecrim. Sendo assim, os terrenos que margeavam estes eixos, que constituíram as atuais Avenidas: Alexandrino de Alencar, Salgado Filho e Hermes da Fonseca, sendo estas duas últimas prolongamento da Br-101. E, estes loteamentos e estas vias englobaram os atuais bairros de Lagoa Nova, Tirol, Petrópolis, Alecrim e Dix-sept Rosado, seguidos dos bairros da Cidade Alta, Ribeira, Rocas e Quintas, além de terrenos baldios que foram preenchidos por moradias de alvenaria.

⁹⁰ CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Complexidade de uma urbanização periférica**. p. 182.

Data de 1946 os registros em cartório dos primeiros loteamentos, o que mostrou o quanto rentável estava se tornando investir em terrenos. Entre 1950 e 1960, Natal adquiria o delineamento de sua estrutura física e o seu formato de cidade. Como exemplo disto, citamos um registro de compra e venda de terrenos em Lagoa Nova, publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 1953, que assim atesta:

“ O Oficial do Registro Geral de Imóveis deste termo, sede da comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no art. 2º do decreto lei n. 58 de dez de dezembro de 1937, faz público, para ciência dos interessados, que os Senhores dr. ALDO FERNANDES RAPOSO DE ,ELO e sua mulher d. Jerônima Sétima Rosado Fernandes, CLOVIS RAMALHO RIBEIRO DANTAS e sua mulher d. Alda Ivanoska Fernandes Ribeiro Dantas e HUMBERTO PIGNATARO e sua mulher d. Lenira Ramos Pignataro, por intermédio de sua bastante procuradora, a CASA BANCÁRIA NORTE-RIOGRANDENSE S/A, sediada nesta capital,[...], depositaram neste cartório,[...], o MEMORIAL PLANTA devidamente aprovada pela prefeitura Municipal e demais documentos autênticos comprobatórios de domínio por mais de 20 anos, relativos a sua propriedade situada no bairro de Lagoa Nova, subúrbio desta capital, em terreno foreiro do município, e que, d’ora em diante passou a denominar-se “JARDIM PARIS”, dividida em 448 lotes, para venda em prestações e destinadas a pequenas granjas,[...]”⁹⁰

Entretanto, somente em 1974 que a cidade teve o seu Plano Diretor traçado, junto com a intervenção e a reorientação pelo Sistema Financeiro de Habitação (COHAB e INOCOOP) que iniciaram os seus trabalhos de construção de habitação por aqui em 1964 e se fortaleceram depois dos anos 70.

Neste panorama de propagação de moradias é importante lembrar que

“embora em pequeno número, porém significativo em termos de área, iniciou-se no pós-guerra, a ocupação de locais distantes do centro da cidade. Para isso, muito contribuíram terrenos cercados e ocupados pelas forças armadas brasileiras, que, dados as suas dimensões oneram a implantação da infra-estrutura e serviços urbanos na cidade, criando enormes vazios urbanos, beneficiaram glebas ou loteamentos antigos não totalmente utilizados e impuseram a característica horizontal que Natal apresentou.”⁹¹

No processo de expansão físico-territorial natalense vivenciado no período de 1940 a 1970, pôde ser observado que em boa parte, este desenvolvimento foi orientado pelos

⁹⁰ Ofício do Registro Geral de Imóveis. Edital – comarca de Natal. Diário Oficial de 26 de maio de 1953.

⁹¹ CLEMENTINO, M. Livramento M.. *Complexidade de uma urbanização periférica*. p. 186.

“procedimentos especulativos do capital imobiliário ao aproveitar e especular sobre a infraestrutura que ‘gratuitamente’ resultara da mobilização militar na época da Segunda Guerra Mundial.”⁹² Dessa forma, o espaço urbano adquiriu valor diferenciado, pois a terra se tornou fortemente valorizada nas áreas próximas ao novo sistema viário ou que teve influência deste, sendo portanto, os pontos mais procurados para habitação pelas camadas mais favorecidas da sociedade. Enquanto que as camadas de baixa renda, desejosa por se beneficiar deste avanço urbano, quando muito, conseguiram se estabelecer nas proximidades da Base Naval. Se não, como a maioria, foi empurrada para as distantes periferias, onde o acesso ao solo era possível.

A vinda de contingentes migratórios, grupo classificado, em sua maioria por pessoas sem condições de incorporação à atividade produtiva em curto prazo, desencadeou um notável aumento do número de moradias improvisadas, localizadas principalmente em áreas próximas às praias, sobre as dunas, criando pontos de ocupação já fixados ou seguindo para outras áreas em expansão.

Com a intensificação do processo de migração nos anos 60, a ocupação do solo urbano se fez de maneira mais acelerada, “mas a falta de estrutura administrativa e econômica do poder público local não acompanhou ritmo de desenvolvimento da cidade gerando, assim, deficiências na distribuição espacial dos serviços cabíveis ao poder público.”⁹³ Uma das deficiências está relacionado ao surgimento de conjuntos habitacionais na periferia do setor urbano ou mesmo favelas, que provocaram distorções na distribuição dos equipamentos públicos, onerando mais ainda a administração pública. Neste período, como já foi visto, adensou-se a ocupação das vias constituídas pela Avenida Hermes da Fonseca/ Salgado Filho e Br-101, pela população mais abastada.

Chegado o decênio de 1970, Natal ingressou numa nova fase de seu processo de urbanização, por se constituir no momento em que a capital recebeu os mais fortes investimentos no setor habitacional, visando sobretudo a necessidade por moradia dos migrantes. Neste contexto, o fluxo migratório agiu como motivador na execução de metas dos planos estatais no sentido de incentivar a construção civil, por ser este um grande gerador de empregos. Dessa maneira, o Estado ao investir em construção civil e infra-estrutura para fixar

⁹² CLEMENTINO, M. Livramento M.. **Complexidade de uma urbanização periférica**. p.190.

⁹³ PERFIL da região da Grande Natal. Fundação Instituto de Desenvolvimento. Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria de Planejamento. p.3. IDEMA.

a população que se estabelecia, dava oportunidade de emprego a massa trabalhadora que chegava, qualificada ou não, ao mesmo tempo em que fornecia habitação, e, conseqüentemente acabaria por cobrar por isso em impostos pelos serviços de eletricidade, água, e outros abastecimentos em geral. Vários conjuntos habitacionais foram erguidos pela COHAB, que inicialmente construía moradias destinadas ao público de baixa renda, sobretudo da zona norte, enquanto que na zona sul, prevaleciam as edificações construídas pela INOCOOP, com um padrão diferenciado, direcionado a população de renda um pouco mais elevada.

Contudo, “o programa habitacional desenvolvido em Natal determinou a expansão descontínua da malha urbana, que, dado ao aumento das distâncias, encareceram os investimentos para a implantação de serviços.”⁹⁴ Portanto, não resolveu o problema da moradia, “pois em 1970 a população favelada da cidade foi estimada em 20.000 habitantes; em 1979 eram 50.000 habitantes,”⁹⁵ e continuou a crescer nos anos seguintes.

No entanto, os empreendimentos geraram as condições de absorção de mão-de-obra e efetivar a política habitacional, mesmo que insuficiente.

Esse crescimento urbano vinculado ao desenvolvimento econômico, aumenta agravando os problemas da cidade. Com o objetivo de solucionar a problemática, iniciaram-se pressões junto ao poder público para que houvesse investimentos nos diversos setores, sobretudo na construção civil destinado a construção de moradias. Dessa forma, seria possível erguer casas ao mesmo tempo em que absorveria boa parcela da mão-de-obra disponível.

3.2 A ampliação dos espaços urbanos: o crescimento dos bairros e o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais

Como fruto de tantas transformações e tentando acompanhar a rápida evolução dos tempos que a capital potiguar foi se desenvolvendo, se espalhando na busca de se projetar economicamente, ao mesmo tempo em que tentava prover condições de vida para uma população sempre crescente.

⁹⁴ SILVA, Anelino F. da. **Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil.** Número extraordinário dedicado al Colóquio Internacional de Geocrítica: Actas de Colóquio. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [s.d.].

⁹⁵ Ibid.

Após a inserção do Rio Grande do Norte na economia internacional, e dos investimentos que aqui chegaram em função disso, principalmente, Natal teve seu espaço urbano ampliado como nunca tinha sido antes. Passado o período de guerra e mais fortemente de 1950 a 1970 em diante, multiplicou o número de bairros e surgiram os primeiros conjuntos habitacionais, além da ampliação dos bairros já existentes.

A determinação do poder público e a reivindicação popular deram impulso a uma urbanização que foi apropriando espaços. Onde antes eram sítios, chácaras ou granjas, posteriormente, muitos foram loteados tornaram-se bairros ou conjuntos, e as estradas deram lugar à ruas e avenidas.

Os bairros que já existiam antes da década de 1950, que compreendem Cidade Alta, Ribeira, Rocas, Alecrim, Quintas, Petrópolis, Tirol, Dix-sept Rosado e Lagoa Nova, e sendo todos oficializados como bairro pelo prefeito Sylvio Piza Pedroza, em 1947, receberam os incrementos da urbanização. Na verdade, uns mais do que outros devido a importância da área e ao poder aquisitivo dos moradores que habitavam determinados bairros.

Bairros como Cidade Alta, Petrópolis e Tirol⁹⁶, e posteriormente, Lagoa Nova, mais centralizados e acompanhando o eixo da BR 101, cresceram e receberam os benefícios do progresso mais facilmente, e a população mais abastada se favoreceu deste impulso urbano ocorrido na década de 1950. Mas, mesmo neste eixo, em uma área mais litorânea, ficou reservada para as pessoas de baixa renda, como foi o caso de Mãe Luiza. Esta comunidade se formou, segundo Caldas Moreira, com gente que vinha do interior do Estado. Como João Mauricio Fernandes afirma é composta por uma população marginalizada por falta de emprego, que ele classifica como biscateiros, tendo por principal ocupação a venda ambulante, empregos domésticos, dentre outros.⁹⁷ Na verdade, por esta comunidade estar próximo aos bairros mais abastados, recebeu melhorias, mas só no início dos anos 60, com a implantação da rede de energia elétrica.

Entretanto, em um outro eixo, não menos central, mas perpendicular, o da Avenida Alexandrino de Alencar, conduzindo a Base Naval e adjacências, estão Alecrim, Dix-sept

⁹⁶ Pela Resolução Municipal nº 15, de 30 de dezembro de 1901. Petrópolis e Tirol, compreendiam a Cidade Nova, uma área de 164,85 há, subdividida em 48 quarteirões. FERNANDES, João Mauricio. **Evolução urbana de Natal: 1599-1999.** p.63.

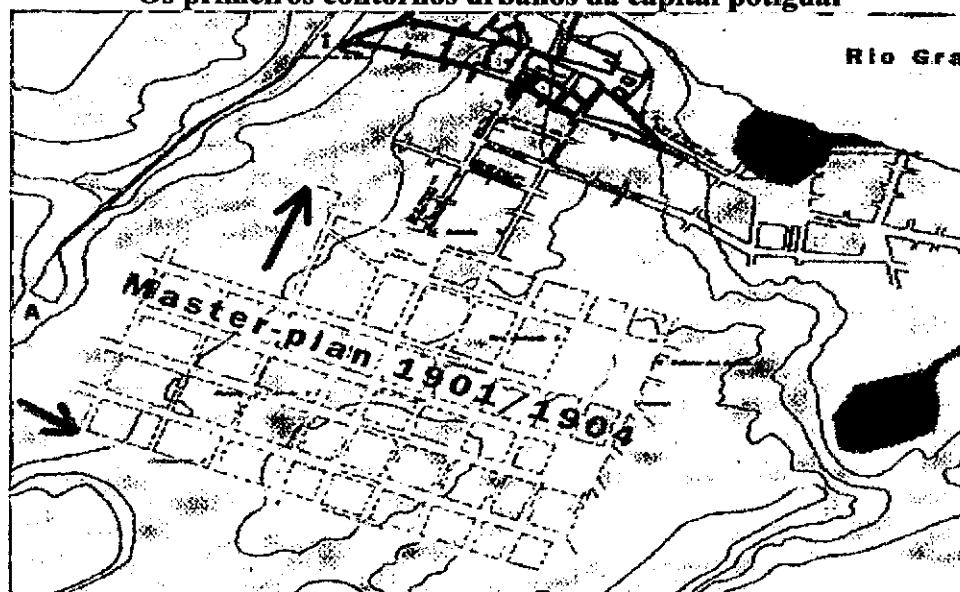
⁹⁷ MIRANDA, João Mauricio de. **Evolução urbana de Natal: em 400 anos.** P.76

Rosado, Rocas e Quintas foi preenchido por pessoas de renda mais elevada no seguimento desta avenida, e mais afastado ficou destinado para aquelas pessoas menos favorecidas.

O mapa abaixo nos apresenta o início do ordenamento do crescimento da cidade nos dois em dois eixos perpendiculares, um no sentido da avenida Salgado Filho - Hermes da Fonseca (seta rosa), onde se concentraram bairros como Petrópolis e Tirol, e outro, no sentido da Avenida Alexandrino de Alencar (seta azul).

MAPA II

Os primeiros contornos urbanos da capital potiguar



MIRANDA, João M. Fernandes de. Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1499-1599. p.64.

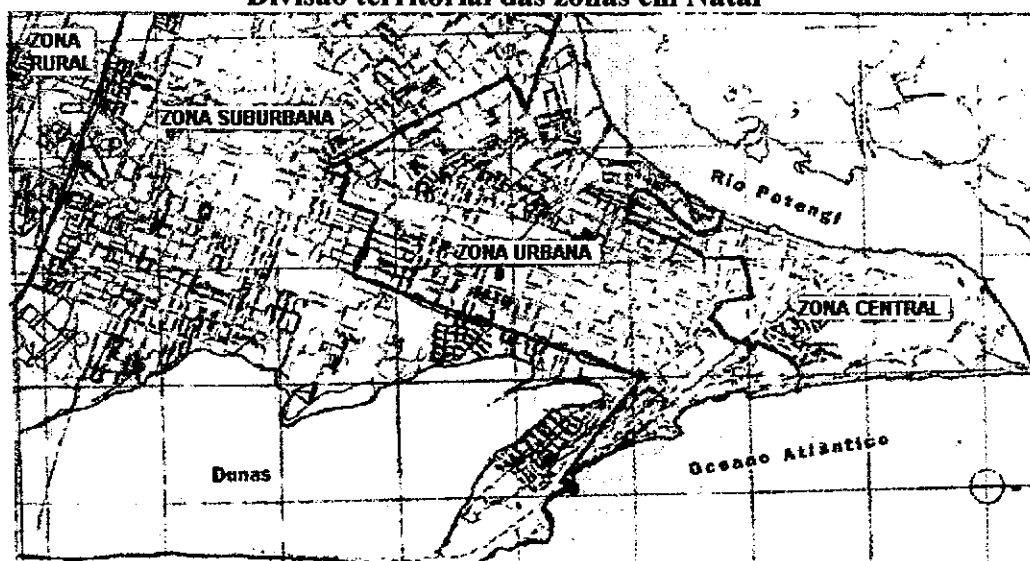
No ano de 1947, o prefeito Sylvio Piza Pedroza pelo Decreto-Lei nº, de 05 de outubro deste ano, dividiu áreas urbanas e suburbanas em Natal em onze bairros, dentre os quais estão Santos Reis, Rocas, Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol, Alecrim, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Carrasco e Quintas.⁹⁸ Além de dividir estes bairros, o então prefeito aproximou as Rocas do restante da cidade, segundo o jornal A República de 11 de novembro de 1946, foram abertas novas vias de acesso onde automóveis e auto-ônibus podiam trafegar mais facilmente. E também foram doados 83 lotes de terrenos para os mais desvalidos erguerem as suas casas.

⁹⁸ SOUZA. Itamar de. A tradição operária do bairro das Rocas. p.301.

O mapa a seguir ilustra a disposição da divisão das áreas em Natal, no governo do prefeito Sylvio Piza Pedroza, em 1947.

MAPA III

Divisão territorial das zonas em Natal



MIRANDA, João M. Fernandes de. Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1499-1599. p.65.

Assim como os primeiros bairros, o bairro das Rocas sentiu o gosto do progresso no decênio de 1940. Decorrência da II Guerra Mundial, que também afetou fortemente sobre este bairro. Itamar de Souza afirma que por ser uma área operaria, várias famílias pobres, que vieram para trabalhar em Natal, se estabeleceram nas Rocas. No entanto, em 1943, para solucionar o problema de abastecimento de combustível das aeronaves foi construída a estação de bombeamento de gasolina do Pipe-Line. Este gasoduto interligava Parnamirim com Natal. Nesta empreitada, acrescenta Lenine Pinto, “em pouco mais de três semanas, 6.000 operários trabalhando em turnos de 24 horas por dia, e ao custo de aproximadamente 60 milhões de cruzeiros, em valor da época, entregaram 20 Km de encanamento subterrâneo [...]”⁹⁹ Terminada a guerra este gasoduto perdeu a utilidade.

⁹⁹ SOUZA. Itamar de. A tradição operária do bairro das Rocas. p.301.

Na década de 1950, outras melhorias foram feitas em prol do progresso urbano das Rocas. No período em que Café Filho esteve no poder do país, este enviou um recurso no valor de 15 milhões de cruzeiros para a Prefeitura de Natal calçar várias ruas, melhorar o Porto e cuidar da urbanização das Rocas. Em seguida foi construído um conjunto residencial de 113 casas, a Vila Ferroviária, também foram feitos aterros nas partes que alagavam.¹⁰⁰ Ainda nesta década foram calçadas mais ruas, foi construído o Canal das Rocas, Edifício do IPASE (Instituto de previdência e Assistência dos Servidores), a inauguração da Igreja da Sagrada Família, do Hospital dos Pescadores e o Entrepasto de Pesca.¹⁰¹ Sem esquecer da fundação da Policlínica das Rocas, denominada de Letícia Cerqueira, construída em meados dos anos 50, só entrou em funcionamento em 1961. isto porque o vereador Francisco Sales fez um apelo ao Presidente Jânio Quadros, que logo tomou providencias para o órgão funcionar.¹⁰²

No decênio de 1960, a urbanização prosseguiu, com escolas edificadas, como o Instituto Padre Monte, a Escola Estadual Severino David, a Escola Municipal Henrique Castriciano e o Grupo Escolar Café Filho. Para “atender ao crescimento populacional do bairro, o prefeito Djalma Maranhão, na segunda administração, construiu o Centro Comercial das Rocas, contendo cem boxes. Esta era uma maneira civilizada de assegurar aos habitantes deste bairro o seu abastecimento.”¹⁰³

Com o prefeito Agnelo Alves, foram colocados 203 postes com lâmpadas philora e a vapor de mercúrio para a iluminação das ruas.

Ainda como extensão das levas de migrantes que vieram se estabelecer no Bairro das Rocas, formaram a comunidade de Brasília Teimosa. Assim como Itamar de Souza expõe:

“Entre meados dos anos 50 e o início dos anos 60, o Bairro das Rocas recebeu centenas de famílias pobres, que migraram do interior para a capital, formando a comunidade de Brasília Teimosa.”¹⁰⁴ O autor acrescenta que, como a construção de suas moradias era feitas em terreno público, a polícia, repetidas vezes, ia derrubá-las. Destruíam os barracos durante o dia, mas, durante à noite, o povo os reerguia. A ocorrência destes conflitos coincidiu

¹⁰⁰ Ibid, p. 305.

¹⁰¹ Ibid. p. 306.

¹⁰² SOUZA, Itamar de. A tradição operária do bairro das Rocas p.311. In: Diário de Natal. 07 julho 1961.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ Ibid, p. 312.

com a época da construção da capital federal. Razão pela qual esta comunidade foi denominada de Brasília Teimosa.

Aos poucos o poder público municipal foi regularizando a situação fundiária daquela área urbana. Nos anos 80, o prefeito José Agripino dedicou uma maior atenção à Brasília Teimosa. Calçou mais ruas e edificou a Delegacia de Polícia.¹⁰⁵

Contudo, foi o crescimento populacional aumentado na década de 60 em Santos Reis, que bastante contribuíram para o surgimento da comunidade de Brasília Teimosa e da favela do Vietnã.¹⁰⁶

Segundo Paulo Venturele, o bairro de Santos Reis constituiu um dos núcleos originais da fundação da cidade. Compendo a sua área localiza-se a Praia do Forte e a Fortaleza dos Reis Magos, marco da colonização portuguesa. O autor acrescenta que: “na área atual do bairro foram construídos nos anos 40, tanques de combustível para abastecer aviões de combate, durante a II Grande Guerra.”¹⁰⁷ E que, de acordo com os estudos do pesquisador Leonardo Barata, foram construídas 19 instalações pertencentes à antiga Base de Aviação Naval, e dentre estas estavam um cinema ao ar livre, depósitos, posto de observação, salas de rádio e de máquinas e posto de correios.

Sendo desde o seu início de povoamento uma área utilizada para fins militares, esta começou a mudar sua restrita finalidade em princípios do decênio de 1950. Quando o Governador do estado Sylvio Pedroza, que o oficializou como bairro em 1947, através da lei nº 251/47, juntamente com o prefeito Wilson Miranda doaram terrenos para a construção de casas em alvenaria. No entanto, como relata Paulo Venturele a urbanização da área só foi efetiva na administração do Prefeito Djalma Maranhão.

Outro bairro que surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial foi o de Nova Descoberta. Que começou a ser habitada com a construção do Quartel do Exército:

“Com o objetivo de acomodar tropas federais na capital potiguar, o interventor Rafael Fernandes, através do Decreto nº 1.077, de 08 de setembro de 1942, desapropriou dez

¹⁰⁵ A República. 12 julho 1981. p.12.

¹⁰⁶ Aspectos históricos do bairro de Santos Reis **Conheça melhor o seu bairro**. SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁹ Ibid.

terrenos, totalizando 1.106 hectares, encravados nas adjacências do lugar ‘Lagoa Nova’, município de Natal.”¹⁰⁸

Logo que as tropas norte-americanas e boa parte das brasileiras foram embora, a economia da cidade sofreu grande depressão econômica e, em decorrência disso, os problemas sociais aumentaram e ainda pioraram no decênio de 1950, “porque as secas de 1951, 53, 55 e 58 expulsaram do campo milhares de camponeses e, grande parte deste êxodo rural veio aportar na periferia de Natal.”¹⁰⁹ Itamar de Souza afirma que foram em áreas como Quintas, Brasília Teimosa, Morro Branco e Nova Descoberta onde muitos migrantes ergueram suas primeiras moradias, sendo a maioria em regime de mutirão, pois não havia política habitacional naquela época. Entretanto, diante dos problemas sociais daquela, a Igreja Católica tentou minimizá-los, trabalhando na assistência e promoção social nestas áreas, e uma destas iniciativas foi o ambulatório Padre João Maria.

Dentre os benefícios urbanos de Nova Descoberta encontramos a Escola Presidente Café Filho, de 1959; a Escola Estadual Prof. Ulisses de Góes, construída em 1960; a Escola Estadual Hegésipo Reis de Oliveira, de 1963 e a Escola Estadual Castro Alves de 1972.¹¹⁰ Além dos prédios escolares há o Cemitério Parque da Saudade, construído em 1965, pelo prefeito Tertius César Pires de Lima Rebello. Em 1967 a água encanada chegou ao bairro pelo então prefeito Walfredo Gurgel. E, dos anos 70 em diante foi ampliada a rede de água e o calçamento a paralelepípedo.¹¹¹

O Bairro da Quintas também começou a se urbanizar nos anos de 1940. Até então, “era uma imensa área rural com povoamento rarefeito. A corrente migratória procedente do interior para a capital durante a II Guerra Mundial, adensou o povoamento das Quintas, dando origem a muitas das ruas atuais.”¹¹²

No andamento do progresso deste bairro, um dos marcos da presença do poder público “foi a inauguração do Posto Fiscal das Quintas, situado no Km 6, destinado aa fiscalização e à arrecadação de impostos para o Estado.”¹¹³

¹¹⁰ Aspectos históricos do bairro de Santos Reis. **Conheça melhor o seu bairro**. SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. p.614.

¹¹¹ SOUZA, Itamar de. O bairro de Nova Descoberta. P.619.

¹¹² Ibid. P.620

¹¹² Ibid, p.677.

¹¹³ Ibid.

Por sua vez, os moradores organizaram a Sociedade Progressista das Quintas em abril de 1946.¹¹⁴ Em 1947, o governador José Augusto Varela fundou o Distrito Policial das Quintas.¹¹⁵ Já a primeira escola pública das Quintas, a Escola Professor Theódulo Câmara, foi inaugurada em 1949. E, em 1948 foram inaugurados dois núcleos de casas populares como um reflexo da Fundação da Casa Popular, órgão criado no Rio de Janeiro pelo governo federal em 1946, com o propósito de atuar em todo o país.

Atendendo às reivindicações do povo, o prefeito Djalma Maranhão ergueu o edifício do Mercado Público na rua São Geraldo em substituição ao antigo galpão municipal em 1960¹¹⁶.

Aparecendo como uma extensão do bairro das Quintas surge o bairro do Bom Pastor, foi povoado por levas de migrantes pobres que vieram do interior no final dos anos 40 e início dos anos 50¹¹⁷. Um grande contribuinte para que houvesse melhorias neste bairro foi o então padre Eugênio de Araújo Sales, que preocupado com a moral local começou criando uma casa para abrigar as jovens que eram expulsas da família por terem relações sexuais antes do casamento. Ele construiu este prédio: “em terreno doado pelo prefeito Sylvio Pedroza, conforme o Decreto-Lei nº 281, de 16 de janeiro de 1948.”¹¹⁸

Além desta obra social Souza cita a fundação do Cemitério do Bom Pastor e o calçamento de algumas ruas outras, o progresso mais efetivo chegara a este bairro após a década de 1970.

No entanto, estes bairros que já tinham um mínimo de infra-estrutura foram se urbanizando. No caso do Alecrim, afirma Itamar de Souza que no período de 1960 a 1970, o prefeito Agnelo Alves, calçou com paralelepípedos 21 ruas, sendo umas totalmente e outras em parte, incluindo as principais artérias como, Alexandrino de Alencar, Olinto Meira, Presidente Bandeira e Jaguarary. Além da pavimentação, o prefeito se preocupou com a iluminação das principais ruas, colocando:

“postes de concreto armado nas seguintes artérias: Cel. Estevam, presidente Sarmento, Presidente Quaresma, Ary Parreiras, Borborema, Almirante Guilhem, Amaro Barreto,

¹¹⁴ *A República*. 26 abr. 1946. p.12.

¹¹⁵ *Ibid*, p.678. In: *A Ordem*. 18 jul 1947.

¹¹⁶ *Ibid*. In: *Folha da Tarde* . 30 outubro 1960. p. 3 e 4.

¹¹⁷ *Ibid*, p. 687.

¹¹⁸ *Ibid*.

Cel. José Bernardo, Fonseca e Silva, Presidente Bandeira, Alexandrino de Alencar e Calistrano Carrilho.”¹¹⁹

O prefeito Vauban calçou outras tantas ruas, mas o asfaltamento só chegou ao Alecrim em 1963, na gestão do prefeito Djalma Maranhão. No jornal Diário de Natal de 09 de novembro de 1963 ficou registrado este trabalho:

“em ritmo acelerado prossegue o asfaltamento da rua Coronel José Bernardo, no bairro do Alecrim. Os trabalhos de asfaltamento se encontram em fase de imprimação, devendo dentro de breves dias, atingir a Praça Pedro Segundo, caminhando para o Baldo, ligando desta maneira o mais populoso bairro da capital ao centro.”¹²⁰

Na área da educação, o Alecrim já dispunha de escolas para atender a população, como a Escola Estadual Padre Miguelinho, de 1912; o Colégio Nossa Senhora das Neves, de 1932; a Escola Estadual João Tibúrcio, de 1935 e o Instituto Sagrada Família, de 1941. Após os anos 50 foram construídas a Escola Estadual Clementino Câmara, em 1955; a Escola Estadual Professora Estela Gonçalves, em 1962; a Escola Estadual Ary Parreiras, em 1965; a Escola Estadual Calazans Pinheiro, em 1967 e o instituto Reis Magos em 1969.

Como uma continuação do Alecrim, seguindo para a área suburbana da cidade, está o bairro de Dix-sept Rosado. “O antigo bairro do Carrasco, atualmente Dix-sept Rosado recebeu esta denominação a partir da Lei nº 88, de 22 de agosto de 1951, na administração do Prefeito Olavo João Galvão.”¹²¹

De acordo com o topógrafo Calixto Cabral, um dos marcos da história deste bairro é a construção da Vila Dom Eugênio. Conta ele que a vila era ocupada por retirantes que na década de 50 vinham do interior do Estado, fugindo da seca. Inicialmente conhecida como Vila dos Pobres, suas casas foram construídas pela Igreja Católica, em terreno doado por Sylvio Pedroza. O topógrafo lembra que, antes da entrada, só havia trilhas.¹²²

Segundo com o Sr. Osmar Camilo da Silva, ex-instrutor da Campanha ‘De pé no chão também se aprende a ler’ na década de 1960, o transporte coletivo começou a circular pelas

¹¹⁹ 4ª Mensagem à Câmara de Vereadores. Prefeito Agnelo Alves. Natal: 1969, p. 38-40. In: SOUZA, Itamar de. O crescimento do Alecrim e Lagoa Seca. P.550.

¹²⁰ SOUZA, Itamar de. O crescimento do Alecrim e Lagoa Seca. P.551.

¹²¹ Aspectos históricos do bairro Dix-sept Rosado. Conheça melhor o seu bairro. SEMURB. Natal/rn.

¹²² Ibid.

ruas do bairro apenas em 1958, e o abastecimento de água era realizado em cacimbões em diferentes pontos da área.

Já na década de 1970, o vereador José Pinto Freire preocupado com os problemas da comunidade, atendeu às reivindicações dos moradores, financiou a iluminação pública das ruas centrais, pois antes somente havia energia elétrica nas residências.

Quando o poder público já dispunha de um planejamento habitacional e de recursos para uma urbanização mais efetiva. Foi construída a Cidade da Esperança, o primeiro conjunto habitacional da capital potiguar. Fundado no bairro Dix-sept Rosado, a Cidade da Esperança foi erguida na gestão do governador Aluízio Alves, que preocupado com as inúmeras pessoas que vieram do interior fugindo da seca para Natal não encontravam moradia. Assim como Itamar de Souza registra:

“As sucessivas secas de 1953, 1955, e sobretudo, 1958, expulsaram do campo milhares de trabalhadores rurais, provocando um êxodo rural para as grandes cidades, especialmente para Natal, que viu sua população aumentando consideravelmente entre a década de 50 e 20 [há de ser 70]. A pressão demográfica era muito grande, com numerosas invasões de terrenos públicos e privados. Brasília Teimosa, Vietnã, Mãe Luiza, Aparecida, Quintas, Nazaré, Bom Pastor, Dix-sept Rosado e Nova Descoberta foram as principais áreas onde a população de baixa renda se abrigava.”¹²³

Foi neste contexto que surgiu a Cidade da Esperança. Souza completa que este conjunto foi erguido antes da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Com recursos do programa norte-americano ‘Aliança para o Progresso’¹²⁴ e da SUDENE, o governador Aluízio Alves edificou a primeira etapa da Cidade da Esperança e inaugurou em 31 de janeiro de 1966, último dia de seu governo.”¹²⁵

De acordo com os documentos do DATANORTE, informam que a COHAB-RN:

¹²³ Aspectos históricos do bairro Dix-sept Rosado. Conheça melhor o seu bairro p. 694.

¹²⁴ No nascimento da Cidade da Esperança, o Brasil estava envolvido no jogo da Guerra Fria. Neste jogo o Brasil se tornou um dos lugares preferenciais dos americanos, em razão da sua grandeza territorial e econômica. O Nordeste pelo acúmulo de suas carências, foi considerado a região mais explosiva do mundo. [...] para evitar conflitos, os americanos, em toda a América Latina lançaram o programa econômico-social chamado “Aliança para o Progresso”. Os americanos precisavam de um líder democrata par ajudar neste programa, na região Nordeste e secontrapor à liderança de Miguel Arraes e Francisco Julião, que propagavam idéias socialistas. O líder democrata escolhido pelos americanos, foi o então governador Aluízio Alves. Por isso, mandaram milhões de dólares para ele investir no desenvolvimento do Rio Grande do Norte. A construção da Cidade da Esperança e o erguimento do Instituto Kennedy são as marcas duradouras, porém, não exclusivas da Aliança para o Progresso no território potiguar. Os bairros da Zona Oeste. p.695

¹²⁵ Diário de Natal. 03 jan 1966.

“tendo construído, em terreno de sua propriedade e domínio, conforme escritura de compra e venda lavrada e registrada nesse Ofício de Notas, um Conjunto Habitacional denominado “Cidade da Esperança”, situado nesta Cidade de Natal, e constituído de 89(oitenta e nove) quadras, numeradas de 1 (um) a 98 (oitenta e nove) e composto de 2.434 (duas mil quatrocentos e trinta e quatro) unidades, todas destinadas à venda de contrato particular de promessa de compra e venda, com 28 (vinte e oito) áreas para equipamentos comunitários, edificados ou com espaços devidamente reservados e 72 (setenta e duas) áreas verdes, [...]”¹²⁶

A primeira etapa compreendia 570 casas e o prédio da Igreja Católica. Nas ruas, não havia calçamento, predominando um terreno arenoso. É importante lembrar, que, para levantar as primeiras construções, este órgão teve que perfurar um grande poço tubular.¹²⁷

As residências erguidas pela COHAB dividiam-se em quatro tipos: A, B, C e D. O tipo A, era o mais simples e menor, composto apenas por sala, banheiro e cozinha, preenchendo uma área de 22, 80 m². O tipo B, disposto em ima área de 33,71 m², já conta com um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Por fim, o tipo C, com área de 40,80 m², possui um quarto a mais que o tipo B e, o tipo D, com 48,00 m², contem um quarto a mais que a casa do tipo C.¹²⁸ Com estes estilos de moradias, comprova que o seu destino está voltado para uma população de baixa renda.

No governo de Mons. Walfredo Gurgel, a FUNDHAP, depois COHAB e atualmente DATANORTE, ergueram mais casas. “Em março de 1969, este conjunto residencial já possuía 1.300 casas e depois construiu mais 778 residências.”¹²⁹ Segundo a Tribuna do Norte de março de 1969, ainda neste ano, a Cidade da Esperança já usufruía de mercado, ambulatório médico, escola, parque infantil, clube social e quatro linhas de transporte coletivos, que faziam a comunicação com outros pontos da capital.

Seguindo ainda pelo lado oeste da Cidade da Esperança formou-se o Conjunto Cidade Nova. Itamar de Souza relata que o povoamento deste conjunto iniciou no final dos anos 60, realizados por migrantes procedentes do interior do Estado. E, como a maioria dos migrantes

¹²⁶ Ofício de Notas de Registro de Imóveis da 2ª zona desta Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ofício de Notas de Registro de Imóveis da 2ª zona desta Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

¹²⁹ Tribuna do Norte. Natal, 12 mar 1969, p.3.

possui um poder aquisitivo muito baixo, a solução encontrada por estes moradores foi montar ali a indústria da cata de lixo. O autor expõe que:

“diariamente os caminhões do Departamento Municipal de Limpeza pública despejam naquela área centenas de toneladas de lixo. Uns catam restos de comida e outros recolhem objetos usados para revender. Mas, a comunidade cresceu, organizou-se, e passou a reivindicar do poder público a infra-estrutura necessária.”¹³⁰

Portanto, somente em junho de 1974, o governador Cortez Pereira inaugurou, neste bairro, a energia elétrica e o prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues implantou ali as primeiras linhas de ônibus.¹³¹

Contudo, não foram construídas apenas residências para aqueles retirantes pobres e desvalidos, embora pertencessem a maior parcela, devemos considerar aqueles conjuntos erguidos para um público de renda mais elevada, cujo objetivo em vir do interior para Natal não era necessariamente, a procura de emprego urgente e melhores condições de vida. E para atender a este público diferenciado foi construído o Conjunto Neópolis, um tanto afastado do centro e margeando a BR 101: “O conjunto residencial Neópolis foi o primeiro construído pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP-RN, na Zona Sul da cidade do Natal, na década de 70.”¹³²

Localizado à margem da BR 101, o único transporte que passava por ele nesta época era o ônibus que fazia a linha para Parnamirim.

Como relata a diretora do INOCOOP, Rosário Porpino:

“O terreno foi adquirido dos irmãos Telmo e Deodato Barreto, em 1968. Dois anos depois, era entregue a primeira etapa com 760 casas.[...]. a ocupação inicial era composta por pessoas com poder aquisitivo diversificado: tinha desde Secretário de Estado até verdureiros, comerciários, professores e médicos.”¹³³

A diretora ainda completa que o bairro adquiriu novas edificações e conjuntos de casas e apartamentos predominam na área. Mais tarde, foram erguidas as escolas Ferreira Itajubá e,

¹³⁰ Diário de Natal. Natal, 22 jun 1974, p.3.

¹³² Ibid.

¹³³ SOUZA, Itamar de. A ponte de Igapó e a Zona Norte. P.709.

¹³⁴ Aspectos Históricos do bairro de Neópolis. Conheça melhor o seu bairro. SEMURB. Natal/RN.

¹³⁵ Ibid.

posteriormente, a escola Maia Neto. Os prédios de uso comum foram construídos pela própria comunidade, composta, em sua maioria, por funcionários públicos.”¹³⁴

Construído no mesmo ano, pelo INOCOOP orientou o conjunto residencial Boa Vista, situado no Bairro Nordeste, este destinava-se a atender aos militares da Marinha residentes em Natal.

Quanto a este, Itamar de Souza conta que aproveitando a política habitacional do Governo Federal, o Ministério da Marinha resolveu proporcionar melhores condições de vida aos seus subordinados residentes em Natal.¹³⁵ Mas para tanto, os servidores da Marinha, na capital potiguar, organizaram uma cooperativa habitacional, a COHAMAN no ano de 1970, com a orientação técnica do INOCOOP (Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais) guiado em Natal.

Quando o terreno da Marinha foi liberado e terraplenado, o 3^o Batalhão de Engenharia, uma área de 201 mil m², iniciou-se, em 1970, a construção de 305 casas pela empresa PROCALCO de Fortaleza, segundo os dados do Diário de Natal de 23 de abril de 1970.

Na verdade, a construção deste conjunto habitacional favoreceu o Bairro Nordeste, que passou a receber gradualmente equipamentos urbanos como água encanada, energia elétrica, transporte coletivo, pavimentação, colégio, postos de saúde, dentre outros, que não estavam disponíveis com facilidade.

Com relação ao processo de urbanização na área da Zona Norte, esta se deu a partir do decênio de 1970. Havia nesta área, à época apenas os núcleos urbanos de Igapó e o da Redinha e o espaço restante era constituído por sítios, granjas e fazendas de gado. “Somente a partir da década de 70 foi que o processo de urbanização invadiu esta área da cidade e se tornou predominantemente [urbana].¹³⁶ Na década mencionada, as corrente migratórias provenientes do interior potiguar, atraídas pelas indústrias que se instalavam em Natal, começaram a pressionar o poder público no sentido de lhes proporcionar moradia, trabalho e outros serviços básicos. Esta situação ocorreu na época da implantação do II PNAD (II Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo do gen. Ernesto Geisel (1974-1979). Que em sua gestão,

¹³⁶ Ibid..

¹³⁷ Aspectos Históricos do bairro de Redinha. Conheça melhor o seu bairro. SEMURB.

“visando diminuir as pressões sociais urbanas existentes no Brasil, [...] investiu milhões de dólares para melhorar a qualidade de vida das cidades de grande e médio porte. Foi a fase áurea do Banco Nacional de Habitação (BNH), em termos de disponibilidade de recursos financeiros.”¹³⁷

No Rio Grande do Norte, este período coincidiu com os governos de Tarcísio de Vasconcelos Maia e Lavoisier Maia Sobrinho. Ambos praticavam uma política que também favorecia a ampliação do número de moradias. Foi então que a COHAB-RN (Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte) uniu condições favoráveis para efetuar as suas funções, iniciando a construção de conjuntos habitacionais populares no interior e em Natal, sobretudo na Zona Norte, onde concentrou o maior contingente de baixa renda, a qual esta companhia tinha como público alvo.

Sobre a Redinha, até deixar de pertencer juridicamente ao município de São Gonçalo do Amarante esta foi esquecida. Já quando esta se incorporou oficialmente ao município de Natal, segundo o Decreto-lei nº 268, de 30 de dezembro de 1943, a Redinha passou a obter alguns benefícios como um clube social e um mercado público, sendo este pelo prefeito José Augusto Varela em 1944.¹³⁸ O prefeito Djalma Maranhão também aplicou melhorias para a qualidade de vida dos moradores da Redinha, ao instalar luz elétrica fornecida a diesel. Segundo o Diário de Natal de 1959, este benefício foi inaugurado no dia 04 de julho de 1959.

Em 1968, a energia elétrica tornou-se mais segura quando “o prefeito Agnelo Alves [...], levou a energia de Paulo Afonso para a praia da Redinha, resolvendo assim, em definitivo, este problema.”¹³⁹

Quanto a Igapó, este também pertencia juridicamente ao município de São Gonçalo do Amarante e, também só adquiriu melhorias quando passou a ser Distrito de Natal, de acordo com Itamar de Souza em Nova História de Natal, em 31 de dezembro de 1943, quando as autoridades públicas tentaram levar o progresso àquela parte do município.

Itamar de Souza ainda acrescenta que no ano de 1946, o prefeito Sylvio Pedroza, inaugurou a feira livre de Igapó. E, em na década de 1950 o prefeito Agnelo Alves também a energia de Paulo Afonso à este lugar.

¹³⁷ Diário de Natal. 17 set 1969.

¹³⁹ SOUZA Itamar de. A ponte de Igapó e a Zona Norte. p. 723. In: Diário de Natal. 05 outubro 1950. p.20.

¹⁴⁰ Diário de Natal. 03 julho 1953. p.9.

No entanto, a Zona Norte mesmo que sendo uma área em crescimento, e receptora de novos moradores das mais diferentes camadas sociais, a falta de infraestrutura e equipamentos básicos compartilhando um mesmo espaço geográfico, acabam por provocar uma pressão social geradora de conflitos.

Como vimos, a expansão urbana de Natal deve-se a uma união de fatores inseridos em um longo processo. Por sua vez, este processo iniciado ainda no final do século XVI apresentou uma mudança significativa bem depois da década de 1940. Époça em que a capital potiguar concentrou recursos para desenvolver a economia, e atraído por este fator concentrou população, por motivar a migração.

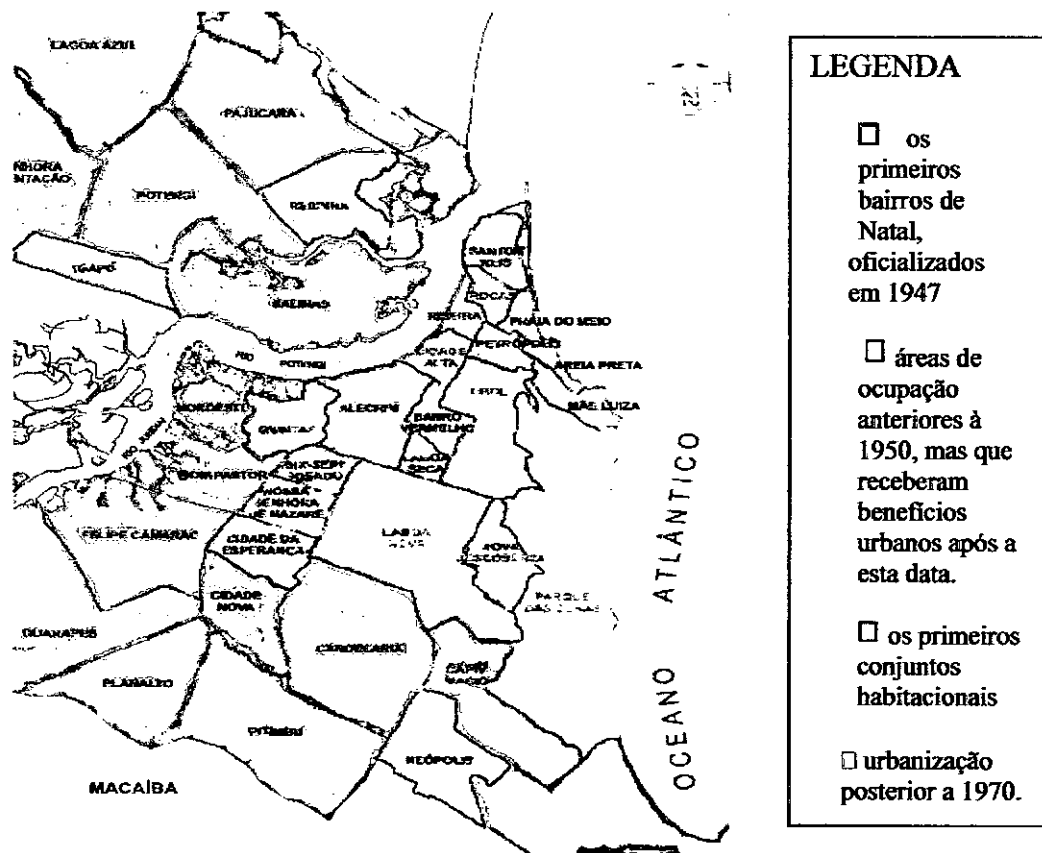
Contudo, o êxodo rural verificado neste momento foi principalmente, por pobres retirantes que fugiam da seca e aqui esperavam encontrar a solução para os seus problemas. Embora estes constituíssem a grande maioria dos migrantes, também se estabeleceram na capital potiguar, aqueles que vieram por motivos de estudo, trabalho ou saúde. A prova disso foi a criação de órgãos responsáveis por construção de moradias para um público de baixa renda como a COHAB, e outro como o INOCOOP, para um público com um poder aquisitivo melhor.

Dessa maneira, um centro urbano de baixa infraestrutura e cheio de vazios, vai preenchendo os espaços e mudando de aspecto, ou seja, o espaço rural torna-se-á urbano. Aos poucos este solo passa a ser setorizado, são destinadas áreas para centros de comércio, bairros, áreas de lazer e de instituições oficiais. Os espaços urbanos se dimensionam e se implantam em razão do desenvolvimento urbano que induz a mudanças desses espaços e do seu uso.

O mapa a seguir ilustra e permite uma análise de como se processou a ocupação do solo urbano em Natal.

MAPA IV

Evolução urbana em Natal



No entanto, esta setorização também gera problemas e conflitos socioespaciais. Em razão de que por mais desenvolvida que uma cidade seja, ela não atende toda a população que abriga. Pois, grande parte desta, ou melhor, as camadas mais pobres da população, ficam à margem dos benefícios urbanos básicos como moradia, atendimento médico, saneamento, educação, transportes, trabalho, segurança, dentre outros. Sendo assim, esta camada da sociedade é empurrada para a periferia da cidade, para onde os empreendimentos industriais ainda não chegaram. Muitos dos que compõem esta camada são migrantes, vítimas da crise socioeconômica da sociedade de origem e buscaram soluções para isso na cidade, que por sua vez, nem sempre satisfaz a essas necessidades.

Mais uma vez, este panorama não é “privilégio” das grandes cidades brasileiras, todas elas exibem problemas semelhantes em proporção à sua realidade temporal, social e espacial. Mas os problemas são gerais, apenas são mais visíveis quanto maior é a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer o trajeto da urbanização brasileira, enfocando este processo na Cidade do Natal, verificamos que as cidades tendem a surgir e a crescer, em razão de atividades econômicas significativas, capazes de prover o seu sustento e desenvolvimento. Por sua vez, a migração interna rural-urbana, que aqui tratamos, nos forneceu importantes argumentos para a compreensão do processo de urbanização. Pois, foi através dela que analisamos com mais clareza a transferência do desemprego, do subemprego e do lucro irrisório do meio rural, resultantes das diferenças de oportunidades predominantes em áreas distintas. Elementos estes que forçaram contingentes populacionais do campo a ir para as cidades em busca de melhores condições de existência. Em grande parte isto gerou a aglomeração nos centros urbanos e o aumento do custo social e econômico. Esta realidade, portanto, não está restrita às grandes cidades, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, mas, se estende em diversas outras situações e numa escala menor, para cidades como Natal, no âmbito regional.

Neste processo, na cidade do Natal, onde prevaleciam sítios e uma população rarefeita, adquire agora características urbanas já passados a década de 1940. Só de passagem, a II Guerra Mundial trouxe circunstâncias que favoreceram um equilíbrio provisório e representaram um crescimento visível no Brasil, e sobretudo, na capital potiguar. Como ponto de apoio das bases militares, Natal foi palco de uma intensa movimentação urbana, de um aumento do crescimento demográfico, fruto de uma forte transferência da atividade produtiva para os perímetros urbanos, e que provocaram um aumento do setor secundário e terciário, em detrimento do primário. Dessa forma, aumentou significativamente a mão-de-obra nos mercados urbanos, com conseqüências tais como a expansão do espaço urbano, e a valorização do mesmo. Além disso, tal processo estimulou os progressos sanitários, a multiplicação dos serviços e a própria urbanização.

Mais tarde, próximo aos anos de 1970, o Brasil viveu o período que os especialistas denominam de “milagre brasileiro”. A urbanização tomou um novo impulso, devido aos pesados investimentos em tecnologia, pesquisa, transportes, comunicação, rodovias e moradias. Ainda nessa época, a SUDENE, visando socorrer as populações atingidas pela seca, conduzindo a implantação de projetos para que esta população tivesse condições de se manter em seu lugar. Contudo, os maiores investimentos foram canalizados para as capitais dos

estados, o que contribuiu para estas se tornarem pólos de atração populacional, para um contingente que se via em condições econômicas precárias.

Neste contexto de tantas mudanças, a capital potiguar, que não foi beneficiada com todos os investimentos do governo federal, sentiu os efeitos destas transformações, pois o seu ritmo de crescimento jamais seria o de outrora. Aqui, tais ocorrências também provocaram um fenômeno de aglomeração, que constituiu a urbanização, como afirma Frota Neto. Natal expandiu-se e desenvolveu-se, multiplicou os seus espaços, surgiram muitos bairros e conjuntos, sem esquecer contudo, que com as migrações, este processo de ocupação do solo urbano se fez de maneira mais acelerada, e se tornou cada vez mais disputado e caro. Porém, a insuficiente estrutura administrativa e econômica do poder público local não acompanhou o ritmo de desenvolvimento da cidade, o que gerou deficiências na distribuição espacial dos serviços cabíveis ao poder público. Uma destas insuficiências está vinculada a criação de conjuntos habitacionais na periferia do setor urbano ou mesmo favelas, que provocaram distorções na distribuição dos equipamentos públicos, onerando mais ainda a administração pública. Mas, diante da necessidade, o decênio de 1970 foi marcado por uma nova fase no processo de urbanização, por se constituir no momento em que a capital recebeu os mais fortes investimentos no setor habitacional, visando sobretudo a necessidade de moradia pelos migrantes.

Sendo assim, a capital potiguar começa a ser dividida em setores. Nas áreas mais centrais prevalecem o comércio e as moradias de uma população mais abastada, enquanto que, nas periferias e nas áreas menos favorecidas ficam reservadas para uma população desprovida de recursos. É nestas esferas que surgem os novos bairros, vilas, jardins, conjuntos habitacionais e também favelas, que redefinem e redimensionam as cidades transformando, desta forma, a sua fisionomia.

Portanto, não é por lei que se determina esta divisão em setores de uma cidade, impondo a fixação de seus bairros, seu centro de comércio, seu lazer e suas instituições, como afirma João Mauricio. Os espaços urbanos se definem e se estabelecem devido ao desenvolvimento urbano que induz a mudanças desses espaços bem como do seu uso.

A SUDENE, contribuiu neste sentido, pois não gerou condições suficientes para manter a população rural, que sofria com os desequilíbrios inscritos no interior das estruturas de desenvolvimento econômico a que pertenciam, e que por isso se viram forçados a migrar. E

por outro lado, ao investir nas capitais, atraiu este contingente e onerou o custo sobre o poder público. Mesmo assim, a cidade se incrementou, com a multiplicação das moradias, a criação de ruas, bem como a pavimentação destas, além de infraestrutura na área da saúde, educação e do comércio.

Do decênio de 1960 a 1970, a exigência por emprego e habitação é ainda maior, surgem os primeiros conjuntos habitacionais, sendo o primeiro deles, o Cidade da Esperança, administrado pela COHAB. Este conjunto retrata a implantação de uma política habitacional, ou seja, a cidade já apresentava planos de definição para o estabelecimento de moradias. Somando a este fato, a própria construção já constituiu um elemento gerador de emprego.

Contudo, a política habitacional que se firmava em Natal, não voltava-se apenas para aquela população desafortunada e esperançosa por uma melhor condição de vida. A exemplo disso, foi erguido o Conjunto Neópolis, intermediado pelo INOCOOP, pretendia atender a um público mais favorecido, como médicos, estudantes e funcionários públicos, dentre outros.

Sendo assim, a capital potiguar enfrentava agora os problemas de uma cidade que teve de investir para ampliar a demanda de atendimento à população crescente, sobretudo, emprego, habitação e infraestrutura, mesmo com suas deficiências, este é um caminho que não tem volta. Pois, a própria dinâmica de desenvolvimento econômico se encarrega de fazer com que este processo não pare.

A pesquisa em história urbana ainda é pouco difundida dentro da própria ciência histórica, e tem ficado à cargo da preocupação de outros, que têm a consciência da importância deste estudo, e do quanto este reflete no destino da sociedade, e mesmo assim, sobre este, encontramos com mais abundância em uma bibliografia mais presente na área de geografia e sociologia. Portanto, para saber mudar uma cidade é preciso primeiro conhecer a sua história, pois só assim, poder-se-á compreender sua evolução de uma maneira coerente, sem ferir o seu passado; sem esquecer em que bases foi erguida.

As dificuldades estão presentes e são inerentes à realização de qualquer pesquisa. Como uma, tivemos as nossas. Na verdade, não acessamos todo o material o qual precisávamos. Instituições como o Arquivo Público Estadual, estão em fase de transferência, e por isso não nos atendeu. Além disso, muitas das fontes não estão disponíveis ao público, seja pelo espaço em que se encontram estar fechado ou porque não se encontram mais. Neste aspecto, a interdisciplinaridade é uma aliada por abrir um leque de possibilidades para o nosso

trabalho. Por outro lado, ela dificulta quando nos deparamos com a dispersão das informações. Além disso, muitas vezes temos que nos valer de fontes outras, que não sejam as mais indicadas, mas, que de uma forma ou outra nos prestam alguns subsídios, enquanto não podemos acessar a fonte principal.

Diante dos nossos entraves, reconhecemos a omissão ou até mesmo falhas de certos elementos ou fatos, que ficaram à sombra desta pesquisa, seja por nossas mãos não terem alcançado determinadas fontes, ou mesmo por distorções na informação contida nelas, e que por isso não puderam ser expostas.

Entretanto, os obstáculos assim como as lacunas que estes nos deixam transformam-se em perseverança, frente aos dados que ainda estão por baixo da nuvem de poeira da história, e que pacientemente aguardam o dia de serem revelados por estudos mais aprofundados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A REPÚBLICA, Natal, 1959 – 1960. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Re-ratificação do convênio firmado entre o BNH e a FUNDHAP para a construção de casas e obras de infra-estrutura em 07/07/66, “Cidade da Esperança”. Ministério do Interior. Natal, 1969.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO. Perfil da Região da grande Natal. Estado do Rio Grande do Norte. Natal, [s/d].

Imóveis construídos em Natal. INOCOOP. Natal, [s.d]. Anexo I.

INTRODUÇÃO da mensagem apresentada na Assembléia Legislativa, N^o 98A. Governador Silvio Piza Pedroza, 1951/1955. Arquivo Público Estadual.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa Estadual na abertura de seus trabalhos no ano de 1953 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Departamento de Imprensa. Natal: Estado do Rio Grande do Norte, 1954. Arquivo Público Estadual.

NATAL. Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo/SEMURB. Departamento de Planejamento Urbanístico e Ambiental. **Conheça melhor a nossa cidade**. Natal, 2003. CD-Rom.

NATAL. Lei n^o 206 de 1953. Autoriza o chefe do Executivo a conceder em aforamento, terrenos do patrimônio municipal. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RN. Natal, 21 maio de 1953. Diário do Município, p. 7-6.

O DIÁRIO OFICIAL do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 1953. A República.

OFICIAL do Registro de Imóveis da 2^a Zona desta Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Natal, 1976.

BIBLIOGRAFIA

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal. Edição IHG/RN, 1999 (Coleção Cultura).

CLEMENTINO, M. Livramento M. **Complexidade de uma urbanização periférica**. Campinas: UNICAMP, 1990.

CLEMENTINO, M. Livramento M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

COSTA, M. A. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. IPEA/INPES. Rio de Janeiro: 1975.

FELIPE, José Lacerda Alves. **O urbano no Rio Grande do Norte: notas para estudo**. Mossoró/RN: ESAM, [s.d.]. (Coleção Mossoroense, n.164).

FROTA NETO, Antonio. **Urbanização no Brasil: e alguns de seus limites**. Brasília: Senado Federal, 1978.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
Natal 2003.

KELLY, Maria do Socorro Barros. **Força de trabalho e emprego no Nordeste: 1968 – 1972**. Recife: SUDENE/DRH, 1978.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte contemporâneo 1934 a 1990: Estado, evolução política e econômica**. Natal/RN: CDF Gráfica e Editora, 2001.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? MOURA, Hélio A. de. O balanço migratório do Nordeste (1950 / 70). In: _____. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. (Série Estudos econômicos e sociais, v.4).

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **Evolução urbana de Natal: em 400 anos (1599-1999)**. Natal. Governo do Rio Grande do Norte: Prefeitura de Natal, 1999. (Coleção Natal 400 anos, v.7)

MOURA, Hélio Augusto de. **Migrações para as grandes cidades do Nordeste: intensidade e características demográficas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1975.

MOURA, A. de. (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. t.2.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO: 1976-1979. Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia. Secretaria de Planejamento/SEPLAN. Natal, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMPAIO, Aidil. **Tendências das migrações do Nordeste: 1940-1980**. Recife: SUDENE – PSE, 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Paulo P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI**. 2.ed. Natal/RN, 2002.

SILVA, Anelino F. da. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. Natal: UFRN/Departamento de Geografia. [s.d.]. Número extraordinário dedicado al Colóquio Internacional de Geocrítica: Actas de Colóquio.

SOUZA, Itamar de. **Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório**. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1976.

_____. A tradição operária do bairro das Rocas. *Diário de Natal*, Natal, nº10, 17 jul. 2001. (Nova História de Natal).

_____. Os bairros de Petrópolis e Tirol. *Diário de Natal*, Natal, nº12, 31 jul. 2001. (Nova História de Natal).

_____. O crescimento do Alecrim e Lagoa Seca. *Diário de Natal*, Natal, nº18, 11 set. 2001. (Nova História de Natal).

_____. Candelária e Neópolis. *Diário de Natal*, Natal, nº21, 02 out. 2001. (Nova História de Natal).

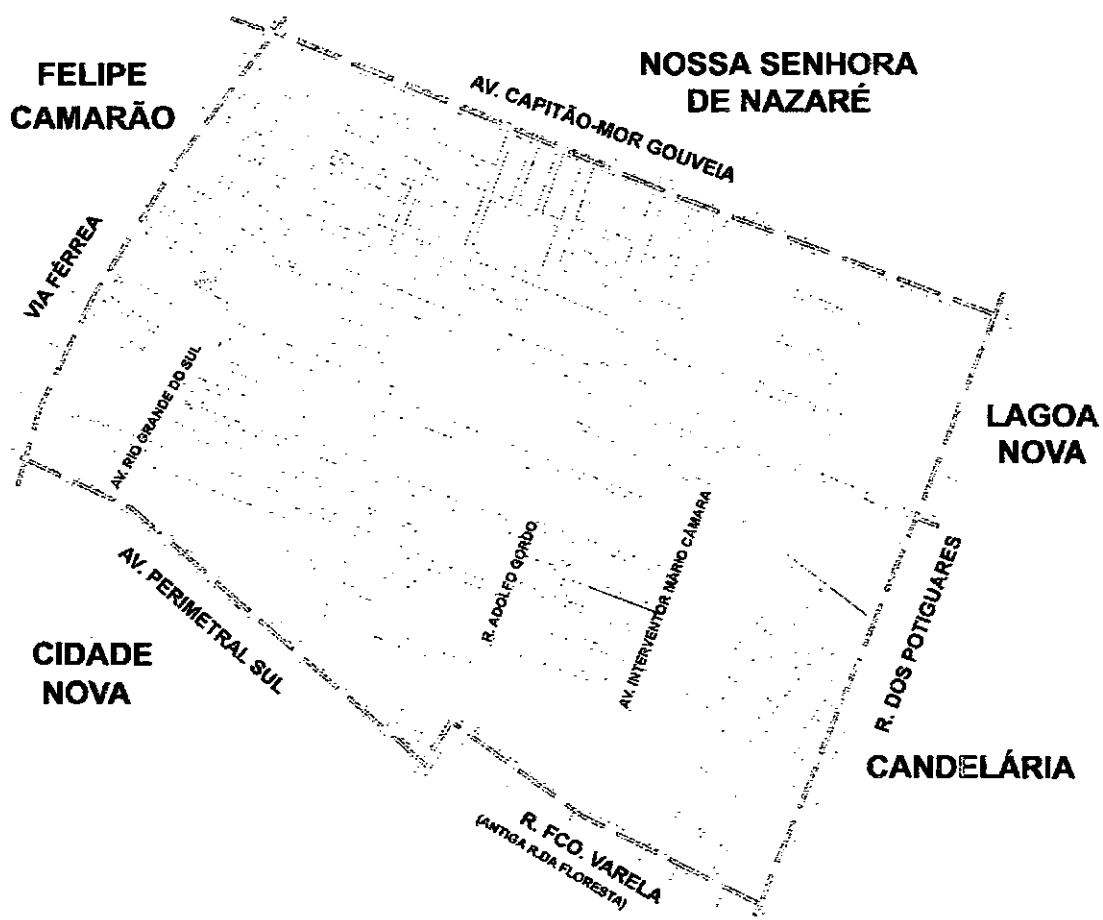
_____. Os bairros da Zona Oeste. *Diário de Natal*, Natal, nº22, 09 out. 2001. (Nova História de Natal).

_____. A Ponte de Igapó e a Zona Norte. *Diário de Natal*, Natal, nº23, 16 out. 2001. (Nova História de Natal).

SUDENE. Departamento de Recursos Naturais. **As secas no Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos**. Recife, 1981.

ANEXO

CIDADE DA ESPERANÇA



NEÓPOLIS

